

Congresso Nacional**Psicologia vai mudar**

Após três dias de debates, representantes dos psicólogos de todas as regiões do país decidem aprovar mudanças na profissão.

A começar pela forma de organização política, profissionais dizem não aos velhos modelos e transformam Conselho Federal em Conselho Nacional da Psicologia. Exercício profissional e formação também foram discutidos, com a instauração de um Fórum Nacional de debates para propor alterações na Lei 4119, que regulamenta a profissão.

Páginas 7 a 11.

Concurso público

Psicólogos conseguem ser novamente incluídos nos concursos para diretor de creche da Prefeitura. Prefeito volta atrás e faz substitutivo ao projeto de reestruturação no quadro funcional.

Página 13.

Aniversário

Conselho comemora 20 anos de existência. História da entidade e das lutas da categoria são contadas em livro.

Página 6.

Licitação

CRP-06 descobre superfaturamento na concorrência para as obras de reforma da nova sede. Licitação foi anulada e Conselho entrará com representação junto ao Ministério Público solicitando medidas. Veja como age o cartel das empreiteiras.

Página 16.

**Entrevista:
Silvia Lane**

A professora e orientadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC conta a história do curso, desde sua fundação.

Páginas 3 a 5.

Recadastramento**Atenção**

O recadastramento não é pesquisa de perfil profissional. Ele é uma renovação oficial, de natureza obrigatória, do registro profissional. Até o momento, 70% dos profissionais registrados enviaram seus formulários, devidamente preenchidos.

O CRP-06, após entendimentos com o SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), decidiu ampliar o prazo para entrega do formulário até 30 de outubro de 1994.

Esta ampliação de prazo não deverá, contudo, alterar o cronograma previsto para execução do novo programa de informática que vigorará a partir de 02/01/95.

A lição dos psicólogos brasileiros

Para se evitar o exagero e o ufanismo é oportuno lembrar a máxima gramsciana: em política é preciso ser pessimista na análise e otimista na ação. No entanto, é inquestionável que os delegados do Congresso Nacional da Psicologia, que representaram todas as regiões do país, aprovaram deliberações que estabeleceram as condições básicas para a reorganização político-administrativa dos Conselhos de Psicologia e indicaram diretrizes e perspectivas fundamentais para o exercício profissional e formação do psicólogo. Os conteúdos específicos desses temas são tratados nesta edição.

Aqui, cabe ressaltar alguns dos aspectos que contribuíram decididamente para as consequentes aprovações dos representantes dos psicólogos brasileiros.

Em primeiro lugar, há que se mencionar a serenidade, a clareza de propósito e a conduta madura que orientaram os delegados de todas as regiões. Reconhecida por vários colegas de todo o país, acrescente-se a menção desses atributos aos delegados do CRP-06.

Com firmeza nas decisões e na defesa de princípios, solidariedade invejável, organização nas atividades, a delegação de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul mereceu aquele reconhecimento.

Em segundo lugar, há que ser ressaltado o substantivo avanço da psicologia no país, proporcionado através: 1) da transformação da atual estrutura federativa do Conselho Federal de Psicologia em uma entidade nacional (Conselho Nacional de Psicologia), que será dirigida por chapa nacional e programa nacional, eleita diretamente pela categoria, a cada três anos; 2) da realização de

Congressos Regionais e Nacional também a cada três anos; 3) do fortalecimento das regiões do país, com a perspectiva de serem criados Conselhos de Psicologia com base territorial nos Estados.

Quanto ao exercício profissional e formação do psicólogo, apesar dos avanços significativos, é preciso registrar que as polêmicas que ainda persistem (diversidade da atuação profissional, especificidade do trabalho do psicólogo, a inserção do psicólogo em equipes multiprofissionais, a qualidade de ensino oferecido pelas universidades, a diversidade de posições sobre o currículo da psicologia, entre outras), mais do que configurarem indícios de oposições e antagonismos, deverão ser encaradas de fato como prioridades fixadas pela categoria para os Conselhos de Psicologia e as outras entidades profissionais, e que portanto, definem as metas dos próximos Congressos Regionais e Nacional.

Essa conclusão é importante se for considerado que, no caso da organização política, o próximo congresso tratará da implantação de um projeto novo, enquanto que, no caso do exercício e formação profissional, trata-se ainda de delinear com maior vigor os projetos nacionais relativos a essas esferas.

Tais projetos dependem da retomada das discussões pelos psicólogos interessados em participar dos grupos de trabalho que o Conselho deverá incentivar, e do consequente aprofundamento a abrangência das propostas que vierem a ser apresentadas, incluindo a revisão da Lei 4119/62, conforme decisão do Congresso Nacional da Psicologia.

CARTAS

Sociedade Laudatória

Para quem, como esta psicóloga, milita na área forense desde 1981 (sem vínculos empregatícios com o poder judiciário), é alentador que alguém do seu Conselho fale com tanta propriedade e crítica sobre laudos elaborados para a justiça ou não.

Parabéns, portanto, pelo artigo intitulado "A sociedade laudatória", publicado pelo Jornal do CRP de julho/agosto de 1994, de sua autoria.

Maria Cecília Meirelles Ortiz
CRP - 06/6940

Psicologia Clínica e Clinicalismo

Acabo de ler o artigo "Psicologia clínica e clinicalismo" do jornal de julho/agosto e gostei muito da posição adotada.

Concordo com vários argumentos e principalmente com o de que as instituições

de ensino não nos formam bons psicoterapeutas, porém apesar disto, elas são limitadoras, no sentido de fechar horizontes para outras facetas do mercado. Ela acaba privilegiando a formação clínica, apesar de não formar bons terapeutas. Isso, cá entre nós, só se dá com a experiência e a reflexão.

Há outra questão que gostaria de ressaltar, que tenho visto ser mais divulgada nesses últimos anos: é a visão clínica adaptada a outras necessidades. É com grande prazer que vejo relatos de trabalho e iniciativas que fogem ao clinicalismo, que também podem contribuir tão bem para a harmonia do ser humano.

Trabalho em ambulatório de medicina do trabalho, uma grande instituição, com um grupo multidisciplinar. No início sentia-me desbravando terreno e meu trabalho era totalmente desconhecido. Hoje é uma

realidade que, se for extinta, com certeza vai gerar grandes reclamações, pois já está incorporada às necessidades do grupo.

Acho muito importante, não só porque cria mais empregos, mas também porque acaba ensinando para a população que ela é algo mais do que corpo físico (...). Da parte do profissional, exige um aprendizado no dia a dia e este cotidiano vai nos dando retorno a todo momento, para nos adaptar ao que é possível ser oferecido.

O mais bonito de tudo foi descobrir isto na prática. Pois eu, como a grande maioria, tive a formação para consultório.

Hoje percebo que minha formação clínica ajudou no meu trabalho ambulatorial, como também não deixou de influenciar a minha atitude no consultório de maneira benéfica.

Não me sinto tão apartada da categoria, por causa da instituição de trabalho onde

atuo. Mas talvez, se tivesse trabalhado só com consultório particular, estivesse sim, bastante solitária. Acho que a característica do próprio trabalho favorece isto. O que é preciso, é lutar contra isto, até contra a acomodação. Participar é sempre trabalhoso.

Mariza Borges Marques
CRP 06/14166

As Cartas à redação deverão ser enviadas datilografadas e com o nome do remetente datilografado e assinado. Para garantir espaço de publicação ao maior número possível de leitores, as cartas serão publicadas resumidamente, somente os trechos mais significativos, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

Adalberto Boleta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cláudia Maria Sodré Vieira, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho, Othon Vieira Neto (efetivos).

Cássia Regina Rodrigues, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Maria Elisa Pacheco, Milton Luiz Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, (suplentes).
Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapia, Saúde, Subsedes, Trabalho.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Maria Silvia de Mesquita Bolguese e José Roberto Tozoni Reis
Editora: Juliana Motta
Produção e Edição de Textos: Juliana Motta
Redação: Juliana Motta e Lígia Cruz
Revisão: Ítalo Coutinho Medeiros
Diagram./Editoração Eletrônica: Baroni Studio
Fotolito e Impressão: Gráf. do Sind. dos Bancários
Tiragem: 36.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP -
Cep 04038-004 - Fone: (011) 574 7133
Fax: (011) 575 0857

Silvia M. T. Lane

A psicologia e as questões sociais

Para Silvia Lane não basta pesquisar, é preciso que a pesquisa seja colocada a serviço do cotidiano das sociedades, e mais ainda, que os resultados dos esforços desenvolvidos nas universidades sejam democratizados, objetivo que coloca como o atual grande desafio da Psicologia Social.

Formada em filosofia pela USP, em 1953, Silvia Tatiana Maurer Lane se interessou pela psicologia quando ainda cursava o quarto ano da faculdade. Nessa época, ganhou uma bolsa de estudos de um ano nos Estados Unidos, onde, segundo sua própria definição, entrou ainda mais a fundo na psicologia. De volta ao Brasil, trabalhou no Centro Regional de Pesquisa em Educação, participando da primeira equipe de profissionais que ajudaram a montar a estrutura do CRPE. Em 1964 foi professora da Escola de Enfermagem da USP e, no ano seguinte, começou a fazer parte do corpo docente da PUC, tendo dado aulas para a primeira turma de psicologia, que ingressou na faculdade em 1962.

Dessa forma, sua trajetória profissional confunde-se com a própria história da psicologia na PUC, onde participou ativamente dos momentos de crise e reformulação teórica da Psicologia Social no Brasil, em busca de uma metodologia que respondesse às demandas colocadas pela sociedade e pelo momento nacional. Passou por vários cargos de direção, marcando sua atuação por uma constante busca de aperfeiçoamento na área da pesquisa social e pela defesa intransigente da necessidade de se voltar os cursos de psicologia para as questões sociais.

Foi na condição de professora e orientadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que ela recebeu o jornal do CRP para uma entrevista, onde fala sobre o curso, desde sua fundação até hoje, com todas as modificações que a formação foi sofrendo ao longo do tempo.

CRP - Como foi o surgimento da Faculdade de Psicologia da PUC-SP? Como se deu a fusão do curso do Sedes Sapientiae e da Faculdade São Bento?

Silvia - Não foi fácil. A São Bento já era uma faculdade da PUC, assim como as faculdades de direito, etc. A São Bento era a Faculdade de Ciências e Letras, com todos os cursos (filosofia, ciências sociais, pedagogia, letras). Na velha estrutura havia, na universidade, várias faculdades. E a psicologia era um departamento que ministrava o curso em seis anos. Era um curso muito bom naquela época.

Nós tivemos que juntar o corpo docente da São Bento e do Sedes Sapientiae, porque com a reforma universitária, em 68, as unidades isoladas tinham que se integrar a uma universidade.



Márcia Zoet

"Não adianta fragmentar o ser humano. Atitude é uma coisa, percepção é outra."

A PUC já existia como Universidade. Mas o Sedes era uma faculdade isolada, assim como a FEI (Faculdade de Engenharia Industrial). O Sedes optou pela PUC e a FEI acabou indo para a Anchieta, ou para alguma outra universidade católica. Embora o curso já existisse, a Faculdade de Psicologia surge dessa fusão do Sedes e do curso da São Bento.

CRP - Nessa época a senhora também trabalhou no CRPE - Centro Regional de Pesquisa em Educação. Qual a sua avaliação sobre essa atividade?

Silvia - Foi um trabalho bastante estimulante. O coordenador do Centro Regional de São Paulo era o Fernando Azevedo e o Centro era formado por duas grandes divisões, a de sociologia e a de educação, na qual eu trabalhava. Na área de sociologia o coordenador era o Luiz Pereira e na de educação, o Joel Martins. Apesar de existirem essas duas divisões, nós trabalhávamos muito em conjunto.

Na medida em que o Centro foi crescendo, as divisões foram se distanciando. Ficaram mais autônomas, fazendo suas pesquisas.

Fizemos vários projetos, várias pesquisas interessantes. Logo no início, tentamos fazer um levantamento de todas as escolas estaduais de São Paulo. Depois estendemos para o interior e fomos abranger também Goiás e Mato Grosso. No Centro de Educação, começamos a fazer escalas de escolaridade, para avaliar o nível de aprendizagem das crianças. Partimos do material que as escolas utilizavam e fomos fazendo testes para aplicar nas crianças e avaliar o aproveitamento. As escalas eram do segundo ano até a quarta série, pois a criança precisava estar alfabetizada para responder. O último projeto do CRPE, do qual participei, foi junto às crianças de primeiro ano. Depois do projeto pronto eu me desliguei do Centro e a equipe continuou o trabalho.

CRP - A senhora acha que os Centros Regionais cumpriram, na época, com a função de produzir conhecimento em educação?

Silvia - Sim, inclusive no Centro da Bahia tinha uma escola experimental que funcionava em período integral. As crianças ficavam um período na escola e no outro aprendiam ofícios, como o artesanato, objetos em corda, em barro etc. O Centro da Bahia era extraordinário. A escola de caráter experimental era gratuita e atendia às crianças de bairros realmente carentes.

CRP - Vamos dar um salto para o pós-graduação. O Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP foi criado em 1972. Como foi esse período de criação?

Silvia - Já existia um programa de Psicologia da Educação. Como havia demanda, porque os alunos demonstravam interesse, nós concluímos que seria importante criar um pós-graduação específico em Psicologia Social. O programa começou a funcionar em 72, basicamente com a ajuda da Full Brite Fundation. Precisávamos muito de recursos externos e trouxemos muitos professores de fora. Com o decorrer do tempo sentíamos que era um programa tradicional, daí, resolvemos virar tudo de "ponta cabeça". Foi pouco satisfatório, mas era o momento propício para fazermos uma revisão crítica da psicologia social tradicional. Mesmo a americana, ou a européia, eram tradicionais.

CRP - Quando a senhora fala que esse período foi pouco satisfatório, está se referindo especificamente a quê?

Silvia - À psicologia estratosférica, coisa que eu já sentia na graduação. Minha intenção era pousar longe, fazendo pesquisas pequenas. Eu incentivava muito os alunos a irem coletar dados, entrevistar gente pela rua, para ver se eles faziam a crítica às teorias. Mas não adiantava. A teoria era sagrada. E eu sentia, o tempo todo, que isso era insatisfatório. Quando eu propunha pesquisas, pedindo que os alunos fizessem a leitura crítica dos conceitos tradicionais, como atitude, socialização etc., eu sentia que a área em que obtinham maior consistência era a de socialização, porque em socialização estudava-se o indivíduo como um todo.

Começamos, então, a fazer a crítica e ficou claro para nós que não adianta fragmentar o ser humano; atitude é uma coisa, percepção é outra. Foi um período em que encontramos o pessoal mais

crítico. Na crítica francesa, por exemplo, foram publicados artigos muito bons que mostravam todo o comprometimento da psicologia social com a ideologia, principalmente a ideologia norte-americana. Fomos, então, trabalhando a partir das críticas e pensando o que colocar no lugar, pois é preciso tomar cuidado para não jogar o bebê fora junto com a água.

Nesse momento, algumas coisas começaram a ficar claras, como a não fragmentação do ser humano e a necessidade de considerar o indivíduo como um todo, ou seja, historicamente, e situado socialmente. Foi uma época em que lemos muito Politzer, embora ele também não nos desse as dicas metodológicas.

Percebemos também a importância da linguagem e de conhecermos bem o fenômeno linguístico. A linguagem faz mediações e é fundamental identificar que tipo de mediações são estas. Na questão da linguagem e pensamento foi muito importante a obra de Vigotsky. Nesse momento, o grupo passou a ser algo muito importante, mas não dentro de uma linha de dinâmica de grupo e sim de processo grupal, acontecendo historicamente e socialmente situado.

Aos poucos foi se colocando a questão metodológica. Como pesquisar? Começamos a priorizar estudos de casos, onde era considerada a história de vida do indivíduo e podia-se aprofundar a compreensão desse indivíduo basicamente no que se referia à consciência.

Em 1980 tomamos contato com os livros do Leontiev: "O desenvolvimento do psiquismo humano" - uma coletânea de artigos - e, logo depois, "Atividade, consciência e personalidade". Essas leituras permitiram um embasamento teórico para as nossas pesquisas, dando continuidade também ao pensamento de Vigotsky. O estudo de casos é priorizado metodologicamente, e outro aspecto que nos pareceu importante foi a pesquisa participante, via psicologia comunitária. Quer dizer, estando dentro de uma comunidade, poderíamos estar interferindo e observando o que estivesse ocorrendo. A pesquisa participante se afastou bastante da linha da pesquisa-ação. Também fomos buscar subsídios metodológicos com o serviço social, que tinha muita prática com comunidades.

Depois eu passei um mês na França, e senti que eles não haviam avançado tanto quanto nós, justamente devido à questão metodológica. Eles fizeram a crítica à psicologia social tradicional, mas metodologicamente, continuavam no velho controle de variáveis, em uma postura muito funcionalista.

Continuamos avançando e uma das coisas que me impressionou muito foi o caráter cumulativo do conhecimento. Depois de ter feito cursos de leitura crítica, onde nada batia com nada, percebi como as coisas vão se acumulando, formando uma nova postura e permitindo, cada vez mais, aprofundar o nível de análise. Com o trabalho de grupos, isso ficou muito claro. Quanto mais grupos íamos observando, mais descobríamos elementos novos, que nos permitiam, até, rever grupos já analisados. É um conhecimento que vai, de fato, se acumulando e solidificando. Descobrir esse caráter

cumulativo foi animador, mostrou que estávamos num caminho sólido e seguro quanto à construção do saber.

CRP - Comparando a situação atual da produção em Psicologia Social na França, EUA, com a América Latina, e mais especificamente o Brasil, o que a senhora diria?

Silvia - Na França, de uma maneira geral, há um avanço, mas o conceito de representação está muito amplo, inclui indivíduo, sociedade, grupos etc. Acredito que estejam avançando e abrindo um pouco mais, mas os trabalhos ainda não saíram da estratosfera. Na minha opinião, isso faz parte de todo o contexto francês.

Na América Latina, eu diria que essa angústia que sentimos na Psicologia Social é comum. O pessoal da Venezuela, Colômbia, Peru, México, sentia isso. Estávamos preocupados em fazer com que a Psicologia Social realmente mudasse as coisas. E eles também. A Venezuela também avançou bastante metodologicamente, principalmente na linha da Psicologia Comunitária. Temos muita troca. Fui para lá ministrar um curso para os pós-graduandos e muitos deles também vêm ao Brasil.

Sem dúvida nenhuma, o grande achado de nossas vidas foi o Martin Baró, de El Salvador, que realmente faz uma

Mas parece que há pouca pesquisa e mais teorização. Obviamente, tem ainda o pessoal da Escola Soviética.

CRP - A senhora mencionou a psicologia tradicional, a americana e, dentro do contexto da sua própria mudança, menciona a francesa. Em um dado momento, com os alunos, acata e estimula a leitura do marxismo, do materialismo histórico e ao mesmo tempo pede que tenham paciência e não percam de vista o objeto da Psicologia Social, ou da própria Psicologia. A senhora poderia falar dessa influência do marxismo na psicologia?

Silvia - Eu estudei bastante a obra de Marx na escola de filosofia e tenho uma grande preocupação em relação à psicologia como ciência ideológica. Quando fiz pós-graduação, procurei autores de base no materialismo histórico.

Sei que meus alunos tiveram que ler Marx, mas eu sempre dizia que ele não é psicólogo. Não adianta querer tirar uma psicologia da obra de Marx, porque não é esse o objetivo dele. Marx não serve de base teórica para estudarmos psicologia. Ele nos dá dicas do caráter histórico-social do homem, sobre o que é a dialética, mas não vai jamais nos dar dicas para construir uma psicologia.

"Eu estimulo muito o aluno a uma reflexão crítica. Isso é necessário para quem faz qualquer ciência."

Psicologia Social comprometida com a realidade. Ele realmente quer uma ciência de transformação e fez uma coisa que nenhum de nós teve paciência de fazer: reviu toda a psicologia tradicional, não só a americana mas a europeia, fez a crítica e faz a proposta dele. Tanto é que seu livro, até hoje, é adotado pela maioria das universidades, porque fica muito próximo da nossa realidade latino-americana.

Tenho a impressão que a Psicologia Social mais crítica está se tornando um fenômeno nitidamente latino-americano e considero o que nós estamos fazendo, um fato histórico da América Latina. As nossas condições de ditadura, de pobreza, nos levaram, em vários pontos distintos, a adotar essa postura mais crítica e comprometida. Um bom exemplo é a nossa relação com a Psicologia Comunitária. Já a Europa não tem a necessidade de uma Psicologia Comunitária, pois trabalha com a Psicologia Institucional. Ela precisa da instituição.

Quanto aos Estados Unidos, existem algumas pessoas trabalhando com uma visão crítica. Na Europa tem o Wolfgang, da Universidade de Berlim, que faz uma psicologia crítica, na base do materialismo histórico. Há um outro grupo, na Universidade de Roma, também trabalhando com uma postura mais crítica.

Nesse sentido, o Politzer foi importante e lemos bastante o Alberto Merani. Mas também ficavam só na teoria. Foi encontrando o Leontiev que conseguimos trabalhar em bases mais sólidas. E mais, eu assumo com muita clareza a postura do Vigotsky, que constrói uma psicologia com base numa postura sócio-histórica.

É isso que nos leva à questão metodológica, ou seja, nós temos dicas, mas para construir um conhecimento específico do homem brasileiro, só pesquisando vamos chegar lá. Tenho pensado nisso, mesmo agora, quando estamos dando uma reviravolta nas categorias.

Percebemos a importância da relação emocional, da afetividade, a questão do inconsciente. Já tínhamos feito uma primeira reformulação, substituindo personalidade por identidade e agora estamos incluindo a afetividade e a mediação da linguagem, emoção e pensamento. Estamos estabelecendo a imbricação entre todas essas categorias. Por enquanto tudo indica que existe essa imbricação, mas são as pesquisas que vão mostrar e estão mostrando. Acredito que é por aí mesmo que vamos chegar a alguma consistência.

Estamos abarcando todo o comportamento do ser humano, sua

compreensão e, agora, sentimo-nos na obrigação de dar subsídios para uma compreensão da ética e da estética. E é pela via afetiva, emocional, que vamos entender como se formam esses valores, tanto os valores morais quanto os valores estéticos, do belo. Esse é um grande desafio que a psicologia vai ter de enfrentar. Se conseguirmos lidar com essas questões, aí, de fato, estaremos contribuindo para uma sociedade melhor.

CRP - A propósito disso, a senhora sempre insistiu na tese de que na verdade não há Psicologia e Psicologia Social. Se o comportamento, a estruturação da subjetividade são determinados historicamente e socialmente, só há que se falar numa Psicologia Social. Se é assim, e se a sua história pessoal indica, desde a origem, essa preocupação com a Psicologia Social, nós temos de outro lado, uma forte influência do modelo médico dentro da Psicologia. Se a psicologia é social por excelência, no sentido de tratar com múltiplos aspectos da conduta, por que os pós-graduação são divididos em programas estanques e separados? Teria outra possibilidade de organização?

Silvia - Veja, os mestrados surgem em momentos distintos. Primeiro foi Psicologia da Educação, depois, Psicologia Social e, logo em seguida, a Clínica. A união fica difícil, porque a clínica restringe o curso para psicólogos e psiquiatras. A nossa idéia era a de um curso para qualquer ser humano que trabalhasse com gente, aberto para assistentes sociais, arquitetos, médicos etc., o que impediu a fusão.

Prentendíamos uma abordagem interdisciplinar, ou transdisciplinar, enquanto a clínica restringe-se a uma abordagem específica para o psicólogo. Criamos o doutorado como um curso único, com áreas de concentração. Mas, ao mesmo tempo, sentíamos a necessidade de dar continuidade ao que vinha sendo feito na universidade e reformulamos de novo.

Contou também a questão da CAPES, onde o curso está na área de educação. E a CAPES estava exigindo uma continuidade para a psicologia. Então a educação saiu com seu doutorado e ficou só a social e a clínica. Não vimos sentido em aglutinar os cursos de novo, pelo caráter interdisciplinar que dávamos e pela clínica estar mais restrita ao psicólogo. A partir daí, criamos programas distintos, o Doutorado em Clínica e o Doutorado em Social.

CRP - Quer dizer, muito se fala em interdisciplinariedade ou transdisciplinariedade, mas internamente, dentro de uma mesma área, são perceptíveis os obstáculos desta interdisciplinariedade.

Silvia - Sim, mas acredito que isso aconteça até pela normatização da própria profissão. Temos um diálogo muito bom com o pessoal da clínica. Muitos dos professores da clínica estão sempre participando do nosso núcleo, discutindo questões. Quando descobrimos que o inconsciente era um produto basicamente do século 18, época em que houve a cisão entre o público e o privado, debatemos muito com eles, que concordaram,

acrescentando, inclusive, que na época isso devia estar muito aguçado para que Freud pudesse constatar com tanta clareza a presença do inconsciente. Então há essa troca, mas eles estão realmente mais restritos à idéia de clínica e de um trabalho com ênfase também no curativo, enquanto a nossa função, na Psicologia Social, é essencialmente preventiva. Não trabalhamos de forma tão estanque, e com a Psicologia da Educação temos bons debates também. Na minha opinião, inclusive, a Psicologia Social tem mais a contribuir para a educação do que para a clínica propriamente dita. Há um trânsito, mas há as especificidades também, que devem ser respeitadas.

CRP - Eu gostaria de voltar um pouco na sua história, no fato de sua formação ter sido em filosofia, mas a senhora ter optado pelo trabalho com a Psicologia Social. A partir de que momento a senhora foi para a psicologia e como era estar trabalhando com psicologia tendo formação em filosofia, principalmente depois que a profissão foi reconhecida?

Silvia - Quando eu fiz o curso, não havia a Faculdade de Psicologia. No curso de filosofia a metade das disciplinas era de psicologia. Até brincávamos que o curso era esquizofrênico. Havia uma certa rivalidade entre os professores de psicologia e os de filosofia, uma certa cisão. Os filósofos franziam o nariz para os psicólogos e os psicólogos franziam o nariz para os filósofos. Mas foi uma formação realmente voltada para a psicologia. Tanto é que, quando fui para os EUA, eu tinha uma bagagem muito maior em psicologia do que a maioria dos alunos que estavam nos cursos de psicologia de lá, pelos cursos que tínhamos aqui.

Agora, sem dúvida alguma, a filosofia contribui para essa visão crítica, esse questionamento constante. Tem outro aspecto. Ser filósofo, no Brasil não é fácil. E a psicologia parecia ser uma profissão, ou vir a ser, uma profissão importante dentro do nosso contexto. Mas a herança da filosofia nunca me abandonou e uma coisa que eu estimulo muito no aluno é o aprofundamento filosófico, das questões epistemológicas. É necessária essa crítica filosófica, para quem faz qualquer ciência. Portanto, não vejo uma dicotomia, ao contrário.

CRP - Mas, quando foi regulamentada a profissão, em 1962, a senhora, como outros profissionais que trabalhavam com psicologia, se recusaram a requerer o registro. Houve mesmo essa recusa, e se houve, por que?

Silvia - Na ocasião, eu e alguns outros professores entramos com o pedido para nos registrarmos no Conselho Federal de Educação. Estávamos fazendo escalas de escolaridade, avaliando o aprendizado das crianças etc. A resposta do Conselho Federal foi que fazer escala de escolaridade não era coisa de psicólogo. Porém, o pessoal que aplicava Raven "adoidado" por aí, conseguiu. Quer dizer, construir um instrumento não era coisa de psicólogo, só que exigia todo um conhecimento em psicologia. E nos recusaram. Alguns anos

depois a professora Carolina Bori estava na presidência do Conselho e insistiu muito conosco para mandar a documentação. Mas naquela época, achamos que não valia a pena. Nós já estávamos na Universidade, a opção por ensino e pesquisa estava clara para nós e resolvemos não mandar. O segundo momento foi por opção mesmo.

CRP - No Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, o modelo de formação que as universidades adotam foi muito debatido e chegou-se à conclusão que é necessário reorientar os cursos no sentido de aproximá-los mais da realidade social do país e aprofundar o compromisso com a qualidade do ensino. A senhora poderia comentar a respeito da situação da formação hoje?

Silvia - Há uma certa priorização das técnicas e pouca ênfase numa reflexão mais crítica. Já presenciei muitos alunos usando a técnica pela técnica, sem refletir criticamente. Quando solicitávamos que fizesse uma crítica a uma técnica como limitadora, ou fragmentária, ele ficava perdido. Mas tenho a impressão que esse momento já foi ultrapassado. Pelo menos na PUC, há um avanço nesse sentido. O

vendo, de um mínimo de psicólogos vivendo da profissão. Quer dizer, surgiu uma oportunidade dessas e ninguém se candidata. Quando o profissional vai para uma instituição ele não sabe o que fazer. Se a universidade pudesse fazer essa mediação, ela poderia estar investigando mais sistematicamente, dando o retorno para o profissional e ajudando a melhorar o currículo da própria formação do psicólogo.

CRP - A senhora está se referindo a um redirecionamento constante do curso?

Silvia - Pois é. Por exemplo, o pessoal hoje vem falando para darmos o curso de Psicologia Comunitária. Não sei se todas as escolas deveriam ter o curso. Numa cidade como São Paulo é muito difícil desenvolver um trabalho comunitário. Já em Piracicaba, que é uma cidade menor, é possível. Agora, o que está ocorrendo em São Paulo? A Psicologia Comunitária está dando subsídios para o trabalho em instituições, como creches, postos de saúde. É preciso permitir essa formação ao psicólogo. E ele não sai da faculdade com essa formação. Então, provavelmente, quando aparece um cargo desses, ele morre de medo, porque não

pesquisa hoje nas universidades é porque tem alguma coisa errada na forma como a pesquisa está sendo colocada.

Silvia - É preciso que ela seja significativa, não que seja alguma coisa tirada do Olimpo. Quando a pesquisa é feita com referência no cotidiano, ela gera um saber e esse cotidiano se transforma. Pela comunicação da pesquisa, as coisas vão se transformando. Então, é uma ação transformadora da própria pesquisa. As instituições se revêem, o mesmo acontecendo com a própria profissão.

CRP - Em uma entrevista recente da professora Silvia Leser, ela fazia uma crítica à pouca abertura da Universidade para as questões sociais. Ela também comentou sobre a diversidade do exercício profissional, o psicólogo sendo requisitado a campos de trabalho onde não se previa isso. São dilemas que o próprio desenvolvimento da sociedade vai colocando. Na sua opinião, o perfil do aluno de pós-graduação em Psicologia Social sofreu transformações? E mais ainda, a Psicologia Social seria um pólo aglutinador dessa diversidade, seja para a pesquisa, ou para o que a senhora chamou de reciclagem ou atualização?

Silvia - Sem dúvida alguma. O perfil do aluno mudou. No início do programa, o perfil era mais acadêmico, mais próximo do europeu. Hoje, é o perfil de alguém que se compromete realmente com a realidade e quer ter uma ação transformadora. Nós tínhamos, no início, toda uma parte de revisão crítica da Psicologia Social e hoje não precisamos mais fazer isso. O pessoal que vem já fez essa crítica e sabe melhor o que quer. E se pegamos, por exemplo, as teses, vamos encontrar coisas muito interessantes. Pesquisas que se voltam a problemas da realidade. Existe um trabalho que estou orientando, por exemplo, sobre os aspectos psico-sociais da hipertensão arterial. Quais os aspectos que geram, que criam, que mantêm essa doença. E isso vai trazer grandes contribuições, não só do ponto de vista da psicologia, como do ponto de vista médico também. Através da Psicologia Social.

CRP - O que se observa no perfil do aluno, é que existem pessoas que, mesmo trabalhando em clínica ou em postos de saúde, procuram a Psicologia Social, o mesmo ocorrendo com os que estão ligados à atividade em educação.

Silvia - O grande achado foi justamente voltar a pesquisa para o cotidiano, para questões relevantes do dia-a-dia. Deu sentido às pesquisas. E isso tem contribuído para que as pessoas encontrem no pós-graduação, subsídios para intervir no cotidiano, no seu trabalho, na sua instituição. Pode ser que eu esteja com uma visão meio megalomaniaca, mas acredito que estamos caminhando para algo muito consistente, que vai trazer efetivamente uma contribuição. O próximo desafio é a democratização do saber, a socialização desse saber. É isso que temos que procurar fazer, ou seja, socializar o máximo possível tudo que estamos pesquisando. Isso é fundamental.

"É preciso que o profissional traga para a universidade as questões que ele está enfrentando no seu trabalho."

aluno já está começando a refletir criticamente desde o início.

Na minha opinião um problema sério é a questão da especialização ou reciclagem para profissionais. É preciso que o profissional esteja trazendo para a universidade as questões do dia-a-dia, as questões que ele está enfrentando no seu trabalho, que poderiam estar alimentando um universo de pesquisa, porque o profissional não quer fazer pesquisa. Mas cabe à universidade fazê-lo e, na medida em que o profissional traz a problemática, a universidade pode estar pesquisando, dando o retorno a ele e permitindo que ele também avance, se atualize. Isso ajudaria, tanto ao profissional, quanto estimularia uma renovação do currículo. Se ficamos com um currículo fechado, estratosférico, não formamos os alunos para a realidade que está aí.

Um dado que outro dia me deixou assustadíssima: abriram, na região de Campinas e Americana, vagas para psicólogos em postos de saúde. Ora, temos a Unimep de Piracicaba e a Puc de Campinas formando psicólogos naquela região. Mas não apareceu um candidato. Por que? Será que o pessoal tem medo de enfrentar um posto de saúde? Será que o curso não deu base para trabalhar num posto de saúde? Temos que considerar, principalmente, essa situação que estamos

vai saber o que fazer. E não sabe mesmo, a realidade que as pessoas demonstraram é que não sabem fazer. Ou as pessoas pedem a ele coisas que ele não tem que fazer, ou ele acaba inventando coisas para fazer.

Deveria haver uma aproximação maior e, principalmente, eu acho que o curso não deve ficar em pesquisas estratosféricas, mas em pesquisas voltadas para os problemas do dia-a-dia, do cotidiano. E isso é uma coisa que mudou profundamente no nosso programa. Naqueles primeiros anos, quando trabalhávamos com uma psicologia tradicional, o aluno terminava a tese de mestrado sem querer nunca mais pensar em pesquisa na vida, com aquele alívio de ter acabado. Quando reformulamos todo o curso, voltando a pesquisa mais para o cotidiano, para a problemática vivida por cada um, o pessoal está terminando o mestrado e já planejando o doutorado. Não ficou desagradável. Hoje a gente percebe que a pesquisa acaba entrando na pessoa e ela não pára de pesquisar, mas quer dar continuidade. Mesmo o profissional que está se doutorando quer continuar pesquisando.

CRP - Quer dizer, existe uma demanda pela pesquisa e se não existe

CRP comemora 20 anos

Para resgatar a história do Conselho nas duas últimas décadas, a entidade prepara livro, que ficará pronto em outubro

O livro de comemoração do aniversário de 20 anos do CRP-6ª Região, que conta a história da entidade durante esse período, já está nos passos finais de sua execução. Debruçados sobre um vasto material coletado desde abril deste ano, os historiadores e editores Jorge Carvalho e Kazumi Munakata acreditam que até outubro próximo os psicólogos da 6ª Região terão finalmente em mãos, um belo trabalho, investigado com paixão e método.

Segundo Jorge Carvalho, o ponto de partida desse trabalho foi o levantamento da bibliografia dessas duas décadas, da documentação existente no próprio CRP, de correspondências trocadas com o Conselho Federal de Psicologia, da leitura dos jornais da entidade desde 1975 e, por último, uma série de entrevistas com profissionais que participaram do Conselho ao longo desses anos. "O tempo foi muito curto. A impressão que a gente tem é que estamos em débito com uma série de outros acontecimentos, mas que por contingência do prazo não tivemos condições de levantar", comenta Carvalho. Já para Munakata, um trabalho como esse tem material e enfoques variados para se realizar outros trabalhos e, quanto mais se "cavuca" a história, mais informações vem à tona. "Essa é uma crise de todo editor. Sempre se pensa que o trabalho poderia ser melhor. Mas diante do prazo estipulado, creio que tivemos êxito", garante o técnico.

Esse trabalho de parceria foi necessário para que ambos os profissionais explorassem campos variados em suas pesquisas e fossem cruzando as informações para se obter uma compreensão global da evolução histórica da entidade. "Apuramos evidências históricas do processo de organização institucional do CRP; o processo da atuação política frente ao Estado, à própria categoria, aos interesses corporativos, às demandas sociais e políticas da conjuntura; o processo de consolidação acadêmico-científica; além de um acompanhamento passo a passo das discussões mais importantes", enumera Carvalho.

Ganhos e perdas

Estudar a história dos psicólogos foi o mesmo que estudar o avanço dessa atividade humana, na opinião dos historiadores. Segundo eles, ao longo desses 20 anos o CRP registra ganhos e perdas, coisas boas e ruins. "Creio que um bom exemplo a comentar é o fato de que os psicólogos conseguiram filtrar os charlatões para privilegiar a profissão como mais uma dimensão da saúde humana", diz Carvalho, comentando também o fato de se ter conseguido disciplinar o exercício dessa atividade.

Já para Munakata, ficou óbvia a percepção de como as pessoas vão se desgarrando para um saber autônomo. "A psicologia está rumando para esse processo. Hoje, já há o debate de se tratar ou não a psicologia como uma ciência. Além disso, há a questão da formação do psicólogo, que teve ao longo desses anos uma maturação fantástica", comenta.

Segundo Munakata, a discussão da formação do psicólogo passou por vários momentos. "Houve uma fase de exageros em que os psicólogos queriam interferir até no MEC para mudar o ensino nas escolas. Com o tempo foram percebendo que isso não seria necessário". Em contrapartida, lembra Carvalho, ocorreu nesse período uma grande difusão de escolas de psicologia que começaram a despejar no mercado de trabalho profissionais sem qualificação. "Talvez esse seja um dos temas mais graves que perpetuam até hoje. Essas escolas são instituições comerciais que não têm laboratórios de pesquisa, não têm um currículo comprometido com a demanda social, não têm qualidade de ensino e vai por aí afora acumulando tropeços", analisa. Mas o importante é constatar que há uma reação forte da categoria nesse sentido, dizem os historiadores.

Militares

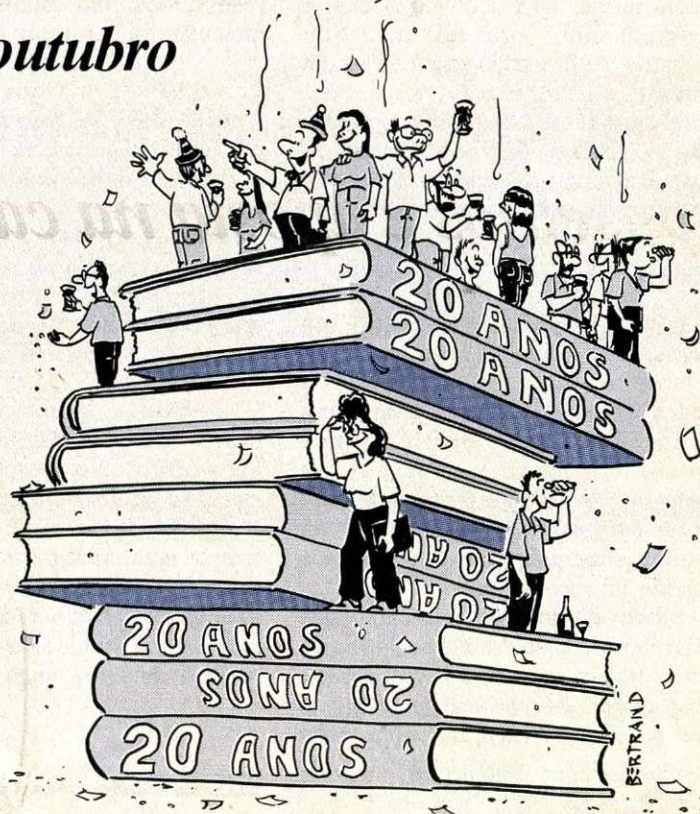
Os momentos mais calorosos vividos pela categoria foram a luta pela regulamentação da profissão capitaneada pela geração de psicólogos dos anos 50 -- que exerceram um papel fundamental para se chegar à aprovação da lei 4.119 de 1962, e o período da ditadura militar, que obrigou à união de esforços entre as sociedades de psicologia, Conselho Federal e Regionais, para resistir aos abusos e desmandos do governo anti-democrático. "Foram momentos de confronto e riscos vividos pelos psicólogos, que eram vistos como indivíduos desordeiros e perigosos pelos militares", constata Munakata. Além disso, completa, "houve também a importante participação da categoria na campanha pela anistia, direitos humanos, constituinte, organização dos congressos, moralização dos exames dos Detrans, na luta contra a vulgarização do ensino etc".

Depois da década de 80, ocorre um certo marasmo, a situação fica rotineira e morna e se torna mais normalizadora e fiscalizadora. Para quem escreve e lê, com certeza é a parte mais chata do livro, ausente de paixões, mas bem mais racional e pé no chão. "Há tempo de pensar em questões que deverão definir o amanhã da psicologia. Não se pode separar os psicólogos do conjunto da sociedade e da transformação das profissões", comenta Munakata, lembrando que a

terceirização e a qualidade são fatos que começam também a invadir a seara dos psicólogos. Há uma preocupação nesse sentido, pois a categoria, como outros setores econômicos, foi pega de surpresa nesse processo. "Por outro lado, há um compromisso maior dos psicólogos em acompanhar as demandas sociais e estar participando desse processo de evolução", lembra ele.

Como a pesquisa histórica se atém às evidências, fica difícil elencar o que é mais ou menos importante, segundo os historiadores. "A pesquisa não pode desprezar nenhum aspecto, pois não tem sentido observar aspectos isolados. Contudo eu diria que tem peso significativo poder brindar os psicólogos com o resgate do processo de produção e organização da categoria, a qualificação acadêmico-científica, a inserção social e política e a consciência de como foi construída uma determinada percepção, ou seja, como os psicólogos vêem a sociedade e como a sociedade os vê. Isso é muito importante", diz Carvalho.

Para Munakata, a categoria de psicólogos passa por um importante momento de reflexão, como se estivesse olhando um espelho. "O bom senso hoje é identificável nas várias posições e nos relatos dos 20 entrevistados. Todos contribuíram com algum fragmento dos 20 anos de história do CRP, explorando aspectos diferentes e com interpretações muito particulares sobre o processo de evolução da entidade. "Só sinto que não foi possível ilustrar o trabalho com aquelas questões hilariantes, os "causos" que colocam uma pitada de humor numa história que muitas vezes se torna carrancuda. Os psicólogos são muito sérios, não houve espaço para isso.



Não meu entender isso daria à publicação um certo charme", comenta.

Mesmo no aspecto de ilustração de fato, muito pouco há de qualidade. "As fotos são amadoras e se repetem numa mesmice sem tamanho, mostrando sempre pessoas rodeando uma mesa, as quais poucos sabem identificar os nomes", diz Munakata. Mas, esse é um desafio que o editor tem de enfrentar para extrair do material disponível o que há de melhor e assim provocar na leitura alguma sedução. Afinal, os editores creem que o material pesquisado renderá um livro em torno de 150 a 200 páginas, somando texto e ilustrações. "A idéia é ter um texto ágil e arejado para não cansar o leitor", completa Munakata.

DISQ FREUD®

SP (011) 606-6841
RJ (021) 533-3083

Obras completas - nova Edição - Garantia

Português - 24 Vols. - Editora Imago

50% de Desconto

Espanhol - 3 Vols. - Editora Amorrorto

30% de Desconto

Compêndio de Psiquiatria - Kaplan

a vista R\$ 56,00 - 2x R\$ 29,00

Novo Dicionário Aurélio

Nova Edição de Luxo

A vista R\$ 56,00

2x R\$ 29,00 - 3x R\$ 20,00

ATENDEMOS TODO O BRASIL

COM ENTREGA A DOMICÍLIO

HORÁRIO: 8:30 às 19:00 hs.

Psicólogos apostam em mudanças

Congresso aprova mudanças na estrutura dos Conselhos e aposta na capacidade de mobilização da categoria. Agora é partir para o aprofundamento de questões em fóruns específicos de debates.



Fotos: Alfredo Sicília

Momento de votação: delegados regionais definem os rumos da psicologia.

Quando, no dia 28 de agosto, encerraram-se as atividades do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, em Campos do Jordão, já era possível tirar uma primeira conclusão do evento: nem todas as questões são consensuais e muitas ainda merecem discussões mais profundas, mas, no plenário, a maioria dos representantes dos psicólogos brasileiros conseguiu garantir, no voto, decisões que redirecionam a luta da categoria no sentido do exercício pleno da cidadania e da democracia.

Como pano de fundo das discussões dos três grandes eixos - organização política, formação e exercício profissional -, estava colocado o embate principal, que permearia todos os debates, ou seja, qual é a profissão que se quer construir e a quem serve o profissional da psicologia?

Dessa forma, cada ponto de pauta mereceu destaque. Nem todos representavam o avanço esperado, mas no que diz respeito às questões mais polêmicas no momento que antecedeu o Congresso, as mudanças estão garantidas. A forma de organização política dos psicólogos sai profundamente

modificada do Congresso, com a transformação do Conselho Federal em Conselho Nacional. Quanto ao exercício profissional e à formação, o grande avanço foi a recolocação do eixo das discussões em termos mais sociais e políticos, saindo-se dos debates restritos à garantia de vantagens profissionais ou de mercado de trabalho. Como trata-se de temas muito amplos, e que implicam em alterações na Lei que regulamenta a profissão, a 4119/62, foi formado um Fórum específico de debates que, composto por duas comissões (exercício profissional e formação), deverá preparar um anteprojeto de lei. Este trabalho deverá ser realizado no prazo de um ano, para apreciação da categoria e encaminhamento ao Congresso Federal (veja síntese das teses aprovadas à pág. 11). Na opinião de Sandra Batista, do CRP-08, o encaminhamento demonstra a maturidade da categoria, que obtém com isso "um ganho expressivo e possibilidades, inclusive de, a partir da somatória desse Congresso, crescer ainda mais. Nós já crescemos nas discussões dos Regionais e agora aglutinando tudo isso, com certeza a gente tem mais referenciais, mais

subsídios para buscar até mesmo outras informações, nos respaldando e subsidiando para dar continuidade ao processo".

O número de teses apresentadas dificultou, em muitos momentos, a discussão, não só pela variedade de propostas, mas também pela falta de um temário mais enxuto. Assim, havia propostas tão específicas como a inclusão ou exclusão de determinadas disciplinas do currículo, quanto mal colocadas em relação à natureza do Congresso, como a discussão de questões de caráter sindical, a exemplo de teses defendendo como função do Conselho a luta por piso salarial, jornada de trabalho etc.

"Nesse sentido, parece que hoje há um grau de maturidade maior. Várias coisas que foram trazidas aqui, como por exemplo questões que são do campo sindical, são mais tranquilamente reconhecidas como do campo sindical. O conjunto do plenário referendou em vários momentos o reconhecimento de que existe uma pluralidade de entidades que podem coexistir e devem trabalhar mutuamente. Na minha opinião essa é a questão central, porque o que sempre ocorria era uma disputa de campo". A observação é do secretário-geral da FENAPSI - Federação

Nacional dos Psicólogos -, Ademir Becker. Para exemplificar, Becker cita o CONUP - Congresso Unificado da Psicologia -, realizado em 1989, quando, na tentativa de se criar um encontro reunindo várias entidades de naturezas diferentes, acabaram surgindo as contradições internas do movimento, ficando dificultado o processo de discussão dos temas referentes às lutas da categoria. Naquele momento, houve uma grande divisão entre as lideranças e os profissionais se afastaram momentaneamente das entidades.

Numa primeira avaliação, ainda durante a realização do Congresso, um dos representantes da Bahia (CRP-03), Walter José Almeida Santos, sintetizava os resultados da seguinte forma: "hoje, as possibilidades de garantir o que esse Congresso delibera são muito maiores do que há alguns anos atrás, porque as posições estão mais claras quanto aos rumos que queremos tomar. E do ponto de vista prático, podemos dizer que o profissional está se habituando à idéia de que a dimensão de cidadania deve ser exercitada além da prática profissional, pois está relacionada à possibilidade de nos organizarmos também politicamente".

Entidades: sai a organização federativa e entra a representatividade nacional

A possibilidade de organização política à que se refere o delegado da Bahia hoje, é uma realidade. Desde que a maioria dos delegados levantou o crachá, dando sim à transformação do Conselho Federal de Psicologia em Conselho Nacional de Psicologia estavam claros os rumos que a categoria quer seguir. A mudança, embora pareça uma simples troca de nomes, na verdade representa uma modificação profunda na forma de estruturação da entidade. “Essa é a tentativa de deixar a entidade mais democrática e aberta”, explica João Batista de Oliveira, delegado da 8ª região (Paraná).

Isto, na prática, significa que acabou a forma de representação federativa, onde os membros que compõem o Conselho Federal são eleitos por cada regional separadamente, sendo substituída por um sistema de eleição de chapa nacional, que deverá ser legitimada por seus projetos e propostas de uma política pensada em termos da

categoria como um todo. “Para mim, é a mudança da estrutura quase que completa. A partir de agora a entidade será pensada para fora de si mesma e não mais como uma supervisora dos trabalhos regionais”, completa Oliveira.

Já para Ana Lúcia Francisco, presidente do Conselho Federal de Psicologia, “este Congresso Nacional deve ser entendido dentro da história da organização dos psicólogos, pois as entidades vivem uma crise de representatividade, principalmente considerando-se sua criação, quando o país vivia a ditadura”. Para a psicóloga, devido a essas características, houve um afastamento da categoria. “De uns 10 anos para cá, com a abertura política,

esse processo começou a ser revisto e este é um bom momento para reestruturação”.

Para garantir a nova forma de organização política, foi instituído o Fórum de Entidades, que deverá ser formado por um membro de cada Conselho Regional, um membro do Conselho Nacional e de entidades ligadas à psicologia. Este Fórum, que deverá se reunir a cada seis meses, estará articulando as políticas a serem desenvolvidas pelo Conselho e acompanhando sua execução. Isso, no entanto, não significa que os Congressos Regionais e Nacional tenham perdido importância. Ao contrário, foram referendados como o espaço de

articulação política e inscrição de chapas para o Conselho Nacional, que será eleito por voto universal e facultativo. E para fazer a transição, a chapa a ser eleita nas próximas eleições, em 1995, terá um mandato tampão de um ano (veja quadro com implicações jurídicas das decisões do Congresso).

“Nós temos ainda desvios, deformações de representatividade, mas a proposta

aprovada altera substantivamente a atual estrutura do Conselho Federal, no sentido de que ela enxuga a máquina administrativa, pressupõe a organização política de chapa nacional e a elaboração de um programa nacional da psicologia. Além disso, como as eleições serão diretas, altera substantivamente a atual estrutura, que por ser uma estrutura de representação federativa, não tem nenhuma possibilidade, por motivos intencionais e não intencionais, de desenvolver um programa nacional”, opina Odair Sass, do CRP-06.

Nas discussões sobre organização política, a questão mais polêmica foi o item referente à proporcionalidade de representação dos regionais nos

Congressos Nacionais, que acontecerão de três em três anos. Havia duas propostas: uma, defendendo a proporcionalidade por número de profissionais inscritos em cada Regional e a outra, defendendo que se estabelecesse a proporcionalidade dos delegados de forma a que não fosse possível ultrapassar a diferença de dois terços entre a maior e a menor delegação.

O embate foi duro, mas venceu a tese da proporcionalidade por número de profissionais, estabelecendo-se um mínimo de delegados para todos os Regionais. Na verdade, a discussão refere-se a um velho embate entre os regionais, com alguns defendendo que por terem menos representantes, nunca conseguem fazer passar suas teses, ao passo que os regionais maiores, como é o caso do 06, sempre entram em vantagem por terem um número maior de delegados. Na opinião de João Batista Oliveira, “a questão tem que ser vista do ponto de vista da representatividade, da expressão política e não pelo lado de se garantir a representação pelo número”.

Já para Bernadete Ribeiro da Costa, delegada da 10ª Região (Pará e Amapá) o que acontece é que os pequenos Regionais se sentem prejudicados porque além de possuírem menor número de representantes, muitas vezes são Conselhos novos e sem história de organização. “Eu não desconheço que uma região que tem mais psicólogos vai ter uma representação maior, mas é uma questão de se respeitar o que a gente estabelece como uma política nacional, considerando muitas vezes as divergências regionais. Os

Conselhos que a gente considera maiores, têm uma história política, cultural e a própria geografia, que é diferente da nossa, já permite essa articulação. Se a gente conseguisse, na paridade, tentar pensar políticas nacionais, seria bom, porque seríamos ouvidos. Eu digo na paridade e não na proporcionalidade..

Caso contrário, nunca vamos ser ouvidos, porque, além de serem mais articulados, esses Conselhos maiores são quantitativamente superiores”.

Ela no entanto, faz a ressalva da necessidade de que os Conselhos menores estejam se articulando para as discussões. “Esse Congresso é uma verdadeira lição para os pequenos, ou seja, para aqueles que não têm essa história de articulação política e nem tampouco a história de situações específicas da região. O que eu quero dizer é que respeito a articulação dos maiores, particularmente a do 06. É perfeita a forma com que se articula e consegue subsidiar seus delegados para que votem em bloco em suas teses, isso para nós é um aprendizado. Com certeza não viremos com a mesma desarticulação para um próximo congresso”.

Quem faz a síntese da discussão é Mariana de Campos Mendonça, da 4ª Região (Minas Gerais e Espírito Santo). “A delegação de Minas votou pelo meio termo e eu acho que a proposta aprovada contempla isso, porque garante uma democratização e uma participação das áreas menos articuladas. Isso contribui para uma organização política mais efetiva”, pondera.



Para garantir as mudanças será composto o Fórum de Entidades que, através de reuniões semestrais, fará a articulação das políticas nacionais acompanhando também sua execução.

As implicações jurídicas do Congresso

As modificações votadas no Congresso Nacional da Psicologia não necessitam de medidas jurídicas no primeiro momento de sua implementação. Quem explica é o conselheiro presidente do CRP-06, Odair Sass.

Segundo informações do conselheiro, o Fórum de Entidades aprovado pelo Congresso poderá ser instituído sem problemas, já que na verdade, substituirá o atual Conselho Deliberativo, sendo portanto, uma instância que já faz parte da estrutura do Conselho. "A diferença entre as duas estruturas, é que o Fórum de Entidades será mais enxuto que o conselho, já que prevê a participação de um membro de cada regional, em substituição aos dois membros que hoje fazem parte do Conselho e também prevê a participação de entidades ligadas à psicologia, ganhando em representatividade", afirma. Quer dizer, não há obstáculo jurídico para a instalação do Fórum de Entidades como não há obstáculo jurídico para a existência do atual Conselho Deliberativo.

Quanto à competência do Fórum, também não representa empecilhos, já que foi estabelecida no próprio Congresso. Em primeiro lugar, ele deve divulgar as deliberações do Congresso. Em segundo, deve elaborar um anteprojeto de lei que altera a estrutura formal, ou seja, que dê

consistência ao que foi votado, alterando a estrutura atual. Esse ante-projeto de lei vai para o Congresso Nacional (Brasília), para ser votado. E a partir daí, o que conta é a pressão política da categoria, para obter a aprovação por parte dos deputados. E a terceira tarefa do Fórum será a de organizar e supervisionar a próxima eleição, a ser realizada em 1995, da primeira chapa nacional.

Esta chapa terá mandato tampão de um ano, com programa também estabelecido, ou seja, trabalhar no sentido de viabilizar as mudanças jurídicas previstas no anteprojeto do Fórum de Entidades. Da mesma forma, a eleição direta para a chapa nacional também poderá ser realizada sem obstáculos, porque hoje já são realizadas eleições diretas para os representantes regionais junto ao Conselho Federal. O que muda, nesse caso, é que no lugar de dois representantes, a categoria estará votando numa chapa que representará um programa nacional.

Por outro lado, a composição do Conselho Nacional também está respaldada em lei. Isso porque pela atual legislação o Conselho deve ser composto por nove membros, exatamente o número previsto para a nova estrutura. O que foi aprovado é que desses nove membros, quatro irão compor a diretoria e os cinco restantes serão delegados-diretores das grandes regiões do país: norte, sul, leste, oeste e centro oeste. "A nossa

proposta inicial, que era de 11 membros para a chapa nacional, ficou reduzida para nove, exatamente para não criar um problema com a legislação. Então não há justificativa para temor quanto às questões jurídicas, até porque hoje existe uma estrutura que funciona paralelamente à estrutura oficial do Conselho e que tem sido respeitada. Poderemos ter má vontade, resistências, mas o Congresso Nacional da Psicologia é soberano e não há instância a se recorrer das decisões tomadas", conclui Sass.

E em relação às decisões do exercício profissional e da formação? Da mesma forma, algumas coisas vão depender de pressão política, como por exemplo, questões que implicam na revisão do que é considerada atividade específica do psicólogo, porque pressupõem revisão de legislação. E como a Lei é Federal, é o Congresso Nacional (Brasília) quem dará a aprovação final.

"Agora, é preciso distinguir as decisões que são relativas ou implicam em alteração da legislação, de decisões que implicam vontade política, seja do Conselho Federal, do Nacional ou dos Regionais para serem executadas", adverte Sass. O conselheiro está se referindo às questões que, por serem bastante polêmicas, ainda precisam ser amadurecidas, seja em relação ao exercício profissional, ou à formação. Essas serão tratadas pelo Fórum de Debates, que foi também criado junto com a nova estrutura.

Algumas outras questões não demandam essa esfera, mas só dependem de agilização.

Um bom exemplo é a definição do Conselho como entidade voltada prioritariamente para a orientação. Nesse caso, cabe à categoria estar atenta às propostas e projetos, que os Conselhos farão para direcionar a estrutura neste sentido.

Da mesma maneira, existem teses aprovadas que dependem de intervenção junto aos órgãos estaduais. É o caso da proposta de revisão da legislação sobre educação especial. Como trata-se de Legislação Estadual, poderão ser feitas discussões junto a esses órgãos no sentido de reorientar a prática do psicólogo nessa área. "E assim nós poderíamos citar vários exemplos. Tenho a convicção de que a maioria das teses do exercício profissional e da formação não esbarram em questões legislativas, mas dependem de vontade política", avalia Sass. E para completar, cita o exemplo da tese aprovada, sobre a liberação para o psicólogo, sob condições devidamente documentadas, conceder licença-saúde. "Nós do CRP-06 já fizemos essa resolução, pois, pela especificidade do trabalho do psicólogo ele pode e deve conceder licença saúde para o trabalho e para o estudo, principalmente considerando que o sofrimento mental é tão sofrimento quanto o físico".

Exercício profissional: a importância da pesquisa

As teses do exercício profissional vinham de dois horizontes diferentes. Uma parte, vinha de uma demanda da categoria, muito voltada para uma questão de garantia de mercado de trabalho e ampliação do campo de atuação do psicólogo, eu diria que tinham uma perspectiva mais corporativista. Já outra parte tinha outro horizonte, com uma preocupação mais dirigida para as questões dos avanços teóricos e metodológicos da prática psicológica e para a ampliação do caráter social e político da atuação do psicólogo". Dessa forma a delegada da 12ª Região (Santa Catarina), Daniela Ribeiro Schneider, definiu os debates sobre o exercício profissional.

Além das posições muito diferenciadas, o tema era vasto e complexo, o que dificultou em muito as discussões, tanto nos grupos de trabalho quanto no plenário. De qualquer forma, muitas das questões foram equacionadas. É o caso da polêmica em torno das práticas alternativas, tema ligado à questão do que é privativo do psicólogo.

Sobre isso, optou-se pela defesa da necessidade constante de pesquisas na área, sem discriminações ou incentivos a práticas ainda não reconhecidas. A decisão foi vista com bons olhos pelo delegado da 8ª Região, Rubens Marcondes Eber, para quem "a grande preocupação é garantir a pesquisa, porque muitas vezes, a questão vinha sendo encaminhada de forma meio retrógrada e essas práticas, embora estejam garantidas na Constituição Federal, não estão na Constituição do Exercício Profissional. Mas não se trata de regulamentá-las e sim de poder

estar garantindo o campo da discussão".

No que diz respeito à regulamentação da profissão, a conclusão dos delegados foi pela instituição de um Fórum de Debates a ser concluído até abril de 1995. O Fórum será constituído por várias etapas, com debates regionais e encaminhamento final ao Conselho Nacional.

Quanto à questão dos laudos e exames psicotécnicos, que foi exaustivamente debatida no âmbito do CRP-06, com posição clara pela necessidade de redefinições de papéis e conceitos, também houve avanços. A proposta aprovada define que o Conselho deve propor reflexão sobre o atual modelo, com discussões sobre os laudos técnicos nos seus diversos fins.

Foi aprovada ainda, tese que regulamenta a concessão de atestado de saúde e licença para fins de trabalho ou estudo por parte dos psicólogos. A tese, já assinada como resolução pelo CRP-06 (veja matéria à pag.13), considera que o sofrimento mental e psicológico deve ser tratado, tanto quanto o sofrimento físico.

Um aspecto importante do tema do exercício profissional é que pode servir como um bom parâmetro para os avanços alcançados em termos de organização, desde o início do processo constituinte até a

realização do Congresso Nacional. Sobre isso, quem opina é Cláudia Sodré Vieira, delegada do CRP-06. "No início havia o fantasma de que o Conselho não queria discutir o exercício profissional e nesse sentido, houve um importante trabalho e conseguimos, apesar de todas as divergências, levar uma delegação coesa e ciente de seu papel para o Congresso. Isso porque enquanto discutíamos outras

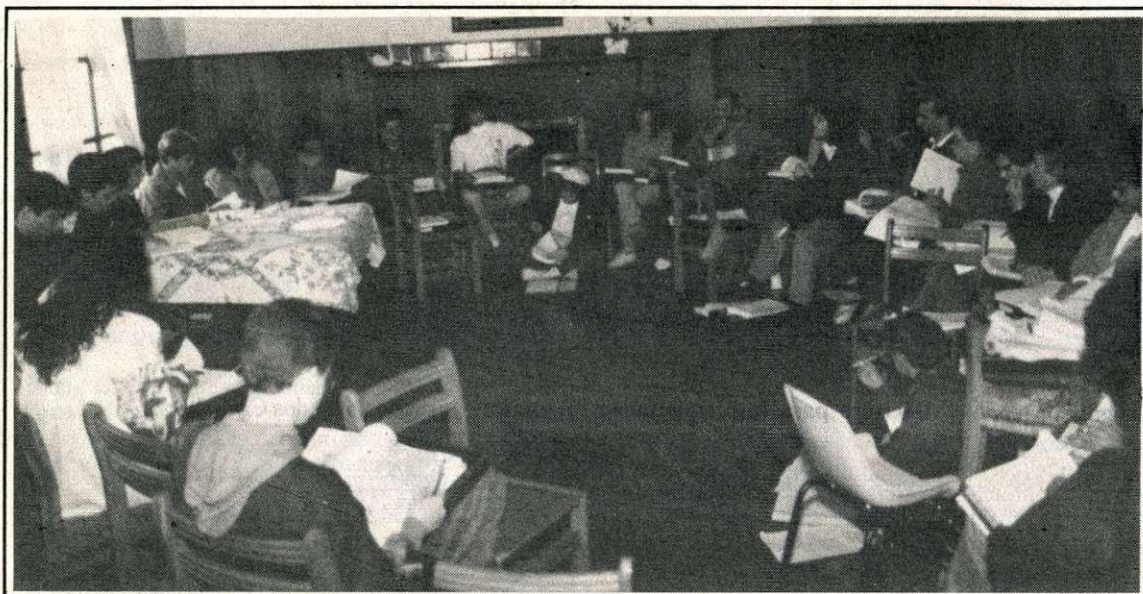
questões, foi se delineando para nós o papel dos delegados regionais e conseguimos construir um canal de comunicação muito bom", avalia.

Ainda que o argumento da psicóloga se refira especificamente à 6ª Região, ele pode servir para a categoria como um todo, principalmente se considerado que o tema trouxe a possibilidade aos

delegados de saírem de seu campo específico de atuação, para tomarem conhecimento da problemática vivida por profissionais de outras áreas. E o grande desafio colocado em relação ao exercício profissional era justamente esse, sair do específico para o geral, não se perdendo o norte da discussão, mas traçando diretrizes que não se percam em limitações ou excesso de generalizações e que possam ser traduzidas numa prática profissional mais próxima da realidade e das necessidades da população.

**Questões referentes à
Lei 4119/62 serão
aprofundadas em
Fórum específico.**





Grupo de trabalho: representantes definem teses que vão para o plenário.

Formação: maior compromisso das universidades

A discussão sobre formação profissional, a exemplo dos outros temas, também teve que superar as diferentes expectativas em relação aos resultados. De um lado, a tendência a se especificar o debate em termos da grade curricular e de programas, e de outro, a necessidade de se pensar uma política de reformulação para o modelo ainda em vigor nas universidades.

Foi aprovada proposta sobre a criação de uma comissão de avaliação das universidades. A tese foi considerada como o ponto central da formação profissional. Na opinião de Othon Vieira Neto, “a sociedade pode e deve estar avaliando as universidades, uma vez que essas são responsáveis pela formação dos profissionais que estarão prestando serviços à população”. A discussão, de qualquer forma, toca no ponto central do tema da formação, ou seja, a questão da autonomia universitária, pois, se de um lado há o reconhecimento da necessidade de preservação desta autonomia, por outro é necessário estabelecer-se o que significa exatamente o termo.

Trocando em miúdos, trata-se da necessidade de uma definição mais clara do que se quer dizer com autonomia, pois, desde que a intelectualidade brasileira se bateu para manter a universidade livre de intervenções e ingerências externas, no

momento da ditadura, muita coisa mudou. A tal ponto que o conceito aplicado hoje, pode representar concessões a um descomprometimento das instituições em relação a seu papel de formadoras. A autonomia de que se fala é a de pensamento, de criação e pesquisa, mas com o compromisso social que se espera da universidade e da comunidade científica.

Ainda que a maioria das teses tenham sido remetidas para um Fórum que irá formular propostas concretas para o currículo e estrutura dos cursos, no entanto, foram aprovados princípios segundo os quais a formação deve ser generalista, de caráter pluralista, integrando teoria e prática, voltada para a reflexão crítica e a produção de conhecimento, e fundamentada em uma postura científica, com o compromisso de trabalhar para a transformação da realidade brasileira.

A grande polêmica do tema ficou por conta da proposição, recusada pela maioria, de instauração de processos de avaliação psicológica para os alunos nos exames vestibulares e durante o curso. A tese pretendia dar conta de solucionar problemas psicológicos ou de conduta, às vezes detectados em alunos e professores, mas foi considerada segregadora, até mesmo pela falta de parâmetros de definição de seus limites. “A categoria

entende que isso fere princípios de cidadania e vai contra todas as lutas da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial, da reforma sanitária”, explica Alexandre Magno, do Rio de Janeiro (CRP-05). Opinião semelhante é sustentada por Othon, para quem existem problemas, mas cabe à universidade solucioná-los. “Temos que estabelecer critérios e saber separar a condição do aluno de sua situação enquanto pessoa, sem discriminações e generalizações”, conclui.

Para grande parte dos delegados que participaram do tema da formação profissional, a discussão ficou prejudicada, por ter sido a última a ir a plenário. É o caso de Alexandre Magno. “Acho que o tema da formação ficou prejudicado, porque foi o último a ser tratado e de fato o tempo do Congresso foi muito pequeno para a gente discutir questões tão complexas quanto formação, organização política e entidades, e exercício profissional”.

Apesar disso, em linhas gerais, considerou-se que o tema avançou. “Houve uma reorientação do enfoque, e conseguimos sair de um conceito de fiscalização individual para pensar a formação no conjunto do que são as escolas”, pondera Jane Trujillo, da 6ª Região. Esses avanços expressam-se não só nas discussões em torno da grade curricular, mas principalmente no princípio norteador aprovado, segundo o qual a formação deverá ter compromisso com a transformação da sociedade, de modo que a prática profissional esteja a serviço da maioria da população.

Plenária impede participação de observadores

Um dos momentos mais polêmicos do Congresso Nacional ocorreu logo na sessão de abertura, quando o plenário decidiu não permitir a participação de observadores. Embora a não participação de suplentes tivesse sido decidida anteriormente pela Comissão Nacional, sob a alegação de que além de encarecer os custos do evento, não havia justificativa para sua presença, um grupo de cinco suplentes de São Paulo resolveu encarar a situação, reivindicando a participação como observadores, ou seja, sem direito a voz ou voto.

O plenário vetou, com o argumento de que outros regionais não haviam levado observadores e que, portanto, o tratamento deveria ser igual para todos. Em que pese a argumentação, no entanto, o que estava em jogo era a proximidade de São Paulo da cidade sede do encontro e o direito de qualquer psicólogo de assistir a eventos que pretendem definir diretrizes para sua profissão.

Na opinião da psicóloga Maria Augusta Pereira, que estava lá na condição de observadora, “é claro que não dava para abrir o evento para toda a categoria com o Conselho Federal bancando despesas, porque além de inviável economicamente, poderia tumultuar os trabalhos. Mas, democraticamente, não se pode impedir que profissionais assistam aos eventos relativos à categoria. É como no Congresso Federal, onde existe a galeria, que garante a qualquer cidadão o direito a fiscalizar o que seus representantes estão decidindo”.

Já para Nelson D'Angelo, também presente ao Congresso como observador pelo CRP-06, houve um erro estratégico da Comissão Organizadora Nacional em propor a não participação de suplentes, “porque a função do suplente é substituir um delegado, em caso de necessidade. Mas se a organização do Congresso não prevê o suplente, embora ele tenha sido eleito, se ocorresse qualquer imprevisto com um delegado de qualquer região, ela então ficaria sem o número de representantes a que tinha direito e, portanto, em condições inferiores às outras delegações”.

Pelo sim, pelo não, os observadores da sexta região não participaram das discussões nos grupos, mas nos dias de plenário, acabaram acompanhando os trabalhos, sem voz e sem voto.

Uma nova estrutura para os cursos de psicologia será proposta aos órgãos oficiais.

Síntese das propostas aprovadas no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia

Entidades e organização política

Decisões para implementação imediata

- O Conselho Federal de Psicologia (CFP) transforma-se em Conselho Nacional de Psicologia (CNP), sendo entidade de estrutura não confederativa, não federativa, orgânica, descentralizada e com maior fortalecimento dos regionais.

- O CNP será composto por nove membros, quatro de diretoria e cinco diretores regionais. Também farão parte da nova estrutura o Fórum de Entidades (formado por um membro de cada Conselho Regional e de entidades nacionais ligadas à psicologia, que terá como finalidade articular e acompanhar a execução de políticas traçadas pelo Nacional. Deverá reunir-se a cada seis meses), e o Congresso Nacional, (instância máxima de deliberação, que deverá estabelecer suas diretrizes e planos de ação e será realizado com periodicidade de três anos).

- O Conselho continua com personalidade jurídica de direito público. Deverá atuar como órgão representativo da psicologia como entidade independente administrativa, política e financeiramente, tendo como competência proceder ao registro profissional. Fica mantida a prestação de contas ao TCU. Sua definição jurídica será remetida à assessoria jurídica para ordenamento.

- A eleição do Conselho Nacional será realizada por voto universal e facultativo, sendo os Congressos Nacional e Regionais o espaço para articulação política e inscrição de chapas.

- A estrutura dos Conselhos Regionais fica

mantida até o próximo Congresso, tendo como meta alcançar uma entidade por estado.

Os Conselhos Regionais podem criar seções, fixando sua área territorial e seus limites de competência e autonomia, sendo que a área territorial de cada seção poderá abranger mais de um município. Poderão ser criadas diversas seções pelo mesmo Regional, como forma de descentralização administrativa.

- Será constituído o Fórum Permanente de Debates para discutir e elaborar propostas sobre Formação e Ética, com a participação de psicólogos, professores, alunos de psicologia e usuários.

- Fica mantida a compulsoriedade do pagamento das anuidades.

Princípios de ação

- Os Conselhos devem priorizar seu papel de orientadores da categoria, desenvolvendo sua ação no sentido de aglutinar e mobilizar os psicólogos para o debate permanente de questões do exercício profissional, constituindo-se como referência para a categoria.

- Os Conselhos devem respeitar a pluralidade de entidades representativas e suas especificidades buscando, sempre que possível, integrar ações.

- Os Conselhos têm como objetivos desenvolver política e ações diretas e indiretas para o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural.

- Os Conselhos têm como objetivo defender a qualidade da formação profissional, buscando canais institucionais adequados para uma interferência efetiva.

Exercício profissional

Decisões para implementação imediata

- Instituído um Fórum de Debates, a ser concluído pelos Conselhos Regionais até abril de 1995. Será constituído em várias etapas, incluindo debates regionais. Em abril de 1995 os Regionais deverão encaminhar suas propostas de lei ao Conselho Nacional, para sistematização do material. O anteprojeto deverá voltar aos Regionais. Em seguida será realizada reunião de conclusão e encaminhamentos, com um representante de cada Regional.

- Aprovada a emissão de atestado de saúde, por psicólogos.

Princípios de ação

- Favorecer a integração dos psicólogos em equipes multidisciplinares, tanto em instituições formais, como informais.

- Discutir com a categoria e outros conselhos as práticas que tenham interface com a psicologia.

- Viabilizar a participação da categoria em políticas públicas, abrangendo todos os segmentos da sociedade.

- Que entidades representativas possam intervir junto aos órgãos públicos, no sentido de viabilizar o atendimento de qualidade à população.

- Dar destaque ao trabalho preventivo, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

- Incentivar a pesquisa e a definição epistemológica dos vários campos de atuação profissional, assegurando ao psicólogo direito ao desenvolvimento de pesquisa de novas técnicas e métodos dentro do campo científico.

- Referendar novas técnicas e teorias consideradas alternativas seja papel das universidades, comunidade profissional e

usuários, não dos Conselhos.

- Que os laudos psicológicos evitem definições estigmatizantes e segregadoras.

- Que as perícias técnicas obedeçam, sempre, ao critério de divisão equitativa.

- Garantir o exercício da docência ao psicólogo, em todas as disciplinas as quais tenha direito, enquanto licenciado em psicologia.

- Rever a legislação sobre classes especiais.

- Que a educação fundamental seja entendida como passo importante e essencial ao exercício da cidadania.

- Inserção na nova LDB.

- Apoiar a Resolução CFM 1401/93, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cobertura pelos convênios, de todas as doenças constantes no CID da OMS.

- Apoiar o Sistema Único de Saúde (SUS).

- Fortalecer a luta antimanicomial, o programa de hospitais gerais abertos e enfrentamento ao modelo hospitalocêntrico.

- Viabilizar a participação da categoria em políticas públicas, abrangendo todos os segmentos da sociedade.

- Incentivar a participação nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais.

- Rever o Código de Ética, baseando-se no respeito ao indivíduo e à sociedade, e considerando os valores culturais.

- Garantir condições mínimas de trabalho nas instituições.

- Articular junto à categoria e entidades sindicais, a relação com as empresas contratantes de serviços psicológicos.

- Criar um fórum permanente de entidades, organizações de direitos humanos e cidadania, que exercerá o papel de controle social sobre o exercício profissional da psicologia.

Formação profissional

Decisões para implementação imediata

- Criação de uma comissão composta por professores e membros discentes das agências formadoras, profissionais de diversas áreas de atuação e entidades representativas da categoria, para aprofundar discussão e apresentar aos órgãos oficiais uma nova estrutura para os cursos.

- Criação, junto às instâncias competentes, de mecanismos de avaliação dos cursos já existentes, com participação da sociedade civil. Esses mecanismos funcionarão como critérios mínimos de abertura dos novos cursos.

- Incentivar maior aproximação entre os Conselhos Regionais e as Universidades, em diversos níveis: ações de intercâmbio no sentido de identificar problemas de formação e seus reflexos no campo profissional; programa de cooperação com intercâmbio de dados a respeito do mercado de trabalho; novas propostas curriculares; estágios voltados para o atendimento à comunidade.

- Iniciação de estudos para a implantação de residência em psicologia e de discussões com a Universidade sobre condições psicológicas dos alunos de

psicologia e como lidar com as possíveis dificuldades.

Princípios de ação

- A formação deverá ser básica e consistente, mantendo a concepção do psicólogo generalista e abrangendo as várias abordagens psicológicas e áreas de atuação.

- A formação deve desenvolver a postura científica, sempre voltada à produção de conhecimento, encarando a psicologia como algo não acabado e respeitando a interdisciplinariedade com outras áreas.

Moções aprovadas

- De apoio ao Decreto que estabelece a denominação "Genérica" para os medicamentos, em razão da similaridade de suas composições. (proposta pelo CRP-06).

- De repúdio à política do Ministério da Saúde frente ao caso do enfermeiro João Marcolam. (proposta pelo CRP-06).

TABELA REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

Esta tabela, publicada pelo Jornal do Sindicato dos Psicólogos em sua edição de julho/agosto de 94, é um referencial de honorários de serviços psicológicos. Sua aplicação, portanto, não é obrigatória. O coeficiente de honorários representa a unidade básica para o cálculo de preço dos serviços. Tem valor unitário, variável de acordo com a inflação, sendo este valor divulgado pelo Sindicato. Para calcular o valor dos honorários multiplique o coeficiente atribuído a cada tipo de atendimento, por 0,50 (índice atualizado de acordo com o Real).

TIPO DE ATENDIMENTO COEFICIENTE DE HONORÁRIOS

01 - ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

01.01. Consulta Psicológica	47
01.02. Entrevista de contrato terapêutico (máximo 3)	47
01.03. Entrevistas com familiares	52
01.04. Orientação vocacional (incluindo testes vocac. e orient.)	366
01.05. Psicomotricidade - individual	42
01.06. Psicomotricidade em grupo (para cada participante)	21
01.07. Psicopedagogia - individual	42
01.08. Psicopedagogia em grupo (para cada participante)	21
01.09. Atendimento psicoprofilático de gravidez, parto e puerpério, individual ou casal	42
01.10. Atendimento psicoprofilático da gravidez, parto e puerpério em grupo (para cada participante)	21

02. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

02.01. Avaliação da prontidão para alfabetização	47
02.02. Avaliação de nível intelectual (G36, INV, Raven, Kohs, Cattell, Columbia, Dominós, D48)	47
02.03. Avaliação intelectual (Wisc, Wais, CIA, Terman-Merrill)	94
02.04. Avaliação psicomotora (5 a 10 subtestes)	94
02.05. Teste Gestálico viso-motor de Bender	47
02.06. Avaliação de características de personalidade (16 PF, MMPI, Desiderativo, Wartegg, Fábulas Duss)	47
02.07. Avaliação da dinâmica da personalidade (TAT, CAT, TRO, MAPS)	99
02.08. Avaliação de estrutura da personalidade (Pfister, Zulliger, PMK, HTP)	73
02.09. Teste de Rorschach	251
02.10. Avaliação psicológica completa (acompanhada de relatório confidencial)	272
02.11. Entrevista Devolutiva	52
02.12. Observação de campo (visita domiciliar e/ou escolar)	94

03. ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO

03.01. Orientação de pais ou familiares	52
03.02. Psicoterapia individual	47
03.03. Psicoterapia de casal	73
03.04. Psicoterapia familiar	73
03.05. Psicoterapia em grupo	26
03.06. Ludoterapia individual	47
03.07. Ludoterapia em grupo (para cada participante)	26
03.08. Terapia psicomotora individual	47
03.09. Terapia psicomotora em grupo (para cada participante)	26

04. TÓPICOS ESPECIAIS

04.01. Caixa lúdica - material de uso individual, descartável utilizado na ludoterapia individual	104
04.02. Caixa lúdica - material de uso individual, descartável utilizado na ludoterapia em grupo (cada participante)	26
04.03. Caixa para terapia psicomotora material de uso individual descartável	104
04.04. Caixa de terapia psicomotora-material de uso individual, descartável, utilizado em terapia psicomotora em grupo (para cada participante)	26

CONVÊNIO

Convênio garante qualidade de auditores



O conselheiro-presidente do CRP, Odair Sass, assina convênio com o presidente da AFIBEC, Luiz Antonio Zonca.

O conselheiro presidente do CRP-06, Odair Sass, e o presidente da AFIBEC - Associação de Avaliação de Fornecedores da Indústria de Bens de Capital - Luiz Antonio Zonca, assinaram, no dia 19 de agosto, um convênio de cooperação técnica, para elaboração de instrumentos de avaliação dos atributos pessoais dos auditores prestadores de serviço para a associação.

O convênio, em princípio, terá prazo de validade de 5 anos, podendo ser prorrogado por prazo indeterminado e visa trabalhar pela melhoria da qualidade de avaliação de bens de insumo e consumo, através da criação de um sistema que crie instrumentos e critérios de avaliação.

A AFIBEC, uma associação sem fins lucrativos, decidiu procurar o CRP após um longo período de trabalhos, que se iniciou em 1991. Naquela ocasião, por iniciativa do INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - 39 entidades representativas de diversos segmentos da área governamental e da iniciativa privada reuniram-se para discutir e elaborar documento intitulado "Novo Modelo para o Sistema Brasileiro de Certificação, aplicável à certificação da qualidade de produtos, processos, serviços, sistemas de qualidade e pessoal.

Desta época até hoje, vários passos foram dados com a formação de um grupo de trabalho formado por 25 entidades, que elaborou o documento "Sistema Brasileiro de Qualificação, Certificação e Registro de Auditores de Sistemas de Qualidade". Por determinação desse documento, o auditor deve possuir, além da aprovação em curso específico ministrado por organização reconhecida pelo INMETRO, os atributos pessoais estipulados pela Norma NBR - ISO - 10011-2, ou seja, objetividade, capacidade de julgamento, confiabilidade,

isenção e capacidade de reagir favoravelmente em situações de tensão.

De acordo com informações do diretor de sistemas da AFIBEC, Francisco Oswaldo Silva de Siqueira, "não temos dúvidas de que o aspecto comportamental e de atributos pessoais do auditor é fundamental. Ao mesmo tempo percebemos deficiência nos instrumentos de avaliação utilizados até então, podendo mesmo considerar que estas avaliações eram feitas de forma leiga. Por isso resolvemos solicitar a ajuda do CRP, porque reconhecemos a importância de se estabelecer ferramentas de avaliação embasadas tecnicamente e por ser uma entidade que se preocupa constantemente com a questão da qualidade".

Para isso, o Conselho vai participar como observador de um processo de auditoria, e só então passará a desenvolver o instrumental. Para o conselheiro-presidente do CRP-06, Odair Sass, "o convênio é importante, principalmente considerando-se que a questão da qualidade de serviços não pode continuar sendo encarada como algo menor, mas precisamos nos apropriar do tema, que está intimamente ligado à questão da cidadania, da democracia e do bem estar social".

Segundo declarações do presidente do INMETRO, Arnaldo Pereira Ribeiro, "esse tipo de convênio é inédito no mundo. Mesmo nos sistemas mais avançados, ainda não há a preocupação com a avaliação dos atributos da principal ferramenta que se tem e imprime uma credibilidade internacional ao nosso sistema de avaliação". Os resultados do convênio serão colocados à disposição de todas as entidades ligadas à melhoria contínua da qualidade e qualificação e certificação de pessoal, podendo também ser levados para os fóruns internacionais de certificação e qualidade.

Resolução institui licença-saúde

O conselheiro presidente do CRP-06, Odair Sass, assinou, no dia 8 de agosto, a Resolução nº 008/94, que institui e regulamenta as condições para concessão de atestados psicológicos, para efeito de licença de saúde. Com a resolução os psicólogos inscritos na 6ª região, poderão, no âmbito de sua atividade profissional, emitir atestados de afastamento do paciente de suas atividades profissionais ou de estudo por motivo de saúde. Caso o período de afastamento ultrapasse 15 dias, o paciente deverá ser encaminhado pela empresa à perícia da Previdência Social, para efeito de concessão de auxílio-doença. O

psicólogo será responsável pelos termos contidos no atestado emitido, que deverão obedecer os parâmetros traçados pelo Código de Ética.

De acordo com o documento da Resolução "a medida visa promover a saúde mental e garantir as condições necessárias ao bem-estar individual e social, valorizando os direitos do cidadão" e considera que para o restabelecimento do equilíbrio mental do paciente, muitas vezes é necessário seu afastamento das atividades de trabalho ou estudo. O documento assinado por Sass esclarece ainda que, de acordo com entendimento do Conselho

Federal de Psicologia, emitido no ano de 1986, "é facultado ao psicólogo o uso do Código Internacional de Doenças, como fonte para enquadramento de diagnósticos".

A Resolução entrou em vigor no dia 5 de setembro desse ano, quando de sua publicação no Diário Oficial da União e vem atender às expectativas dos profissionais, tendo sido, inclusive, aprovada como proposta no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, realizado de 25 a 28 de agosto, em Campos do Jordão. O texto completo da Resolução encontra-se à disposição dos profissionais, na sede do CRP-06.

Psicólogos da Prefeitura vencem batalha do concurso público

Os psicólogos da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social conseguiram, depois de muita mobilização, ser novamente incluídos no quadro funcional da Secretaria, como candidatos aptos a prestar concurso público para preenchimento de vagas no cargo de diretor de Creche Municipal. A decisão foi votada no dia 10 de agosto, pela Câmara Municipal e assinada pelo prefeito Paulo Maluf no dia 30, mesmo dia da publicação em Diário Oficial.

A luta dos psicólogos começou quando, por uma reestruturação no quadro funcional da Prefeitura, foram lotados na Secretaria Municipal da Saúde, o que juridicamente os impedia de prestar concursos para preenchimento de cargos de quaisquer outra secretaria. Segundo informações da diretora da Creche

Municipal Sabará, Rosana Monteiro de Souza, "nem foi necessária a apresentação da emenda propondo alteração no projeto da Prefeitura, conforme estávamos prevendo, porque o próprio prefeito apresentou um substitutivo alterando o projeto e incluindo novamente o psicólogo no quadro".

A psicóloga explica ainda que, durante a fase de negociações, foram realizadas várias reuniões da categoria com as autoridades municipais. "O prefeito e o secretário de Bem-Estar Social sempre concordaram conosco e apoiaram a nossa reivindicação. Os entraves que estavam surgindo eram colocados por parte da Secretaria de Administração".

Com a decisão, os 80 funcionários que estavam correndo o risco de demissão (*Jornal do CRP edição nº 88*) poderão

prestar o concurso, passando a fazer parte do quadro de funcionários estáveis do município. "Não só os psicólogos que já trabalham nas creches poderão fazer o concurso, mas qualquer um. Nós estávamos preocupados, porque consideramos que o psicólogo tem o perfil para o preenchimento do cargo e também porque não queríamos perder essa possibilidade de mercado de trabalho", explica Rosana.

De acordo com Márcia de Castro Ferreira dos Santos, diretora da Creche Municipal Suzana Campos Tauil, "os psicólogos agora, pretendem se articular para que os concursos sejam efetivados o mais rápido possível". Embora exista a estimativa de que o concurso saia no prazo de um ano e meio a dois, a data ainda não foi fixada.

CRP-06 muda diretoria

Como acontece uma vez por ano, os conselheiros do CRP-06 escolheram uma nova diretoria no dia 19 de Agosto. Os membros Odair Sass (conselheiro presidente), Maria Silvia Bolguese (vice-presidente) e Cristina Amélia Luzio (secretária-geral) permanecem para mais um ano de gestão. O conselheiro José Roberto Tozoni Reis assume a tesouraria. A nova diretoria tomou posse no dia 27 de setembro.

Sedes Sapientiae abre inscrições para cursos

O Instituto Sedes Sapientiae, estará, a partir do dia 21 de novembro, com inscrições abertas para os cursos de especialização e aperfeiçoamento para o ano letivo de 1995. As inscrições e informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 20:30 horas, no Sedes Sapientiae, à Rua Ministro Godói, 1484, Perdizes - São Paulo. Telefone (011) 262-8024.

Serão fornecidos os seguintes cursos: arte terapia, atendimento à minoridade, atendimento familiar, cinesiologia, casal e família à luz da psicanálise, clínica psicanalítica do envelhecimento, formação em psicanálise, formação em psicopedagogia clínica e institucional, gerontologia social, gestalt terapia, orientação vocacional, psicanálise, psicodrama aplicado, psicodrama terapêutico, psicologia hospitalar, psicologia social e do trabalho, psicopedagogia com enfoque na fenomenologia existencial, psicossomática, psicoterapia, psicodinâmica de adultos, psicoterapia psicanalítica da criança, psicoterapia junguiana coligada às técnicas corporais e psicoterapia reichiana.

SERVIÇO

Adolescência - "Adolescência e violência - consequências da realidade brasileira" é o tema do encontro que se realiza de 7 a 9 de outubro, na Escola Paulista de Medicina - Anfiteatro Marcos Lindenberg. Serão discutidos temas como "Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea", "Normalidade, responsabilidade e psicopatologia da violência na adolescência", "A perversidade da exclusão social" e outros, sempre referentes à situação do adolescente frente à realidade social, econômica e política do país. Maiores informações pelo telefone (011) 843-0090 ou pelo fax (011) 844-4974.

Psicodrama - A FEBRAP - Federação Brasileira de Psicodrama, realiza, de 2 a 6 de novembro, o 9º Congresso Brasileiro de Psicodrama, em Águas de São Pedro. A programação inclui debates em pequenos grupos, cursos e vivências, além de tribuna livre, com a palavra aberta a todos os participantes.

Além das novidades previstas no campo científico, a comissão organizadora decidiu abrir canais de comunicação com os participantes, além dos tradicionais. Dessa forma, instituiu a função de "ombudsmam" do 9º Congresso, a cargo de uma equipe coordenada por Anna Maria Knobel, que conta também com a participação de Luiz Russo e Valéria Barcelos. Os contatos com a equipe devem ser feitos através do fax 24 horas (011) 66-7210. Informações sobre inscrições e reserva de hotel pelo telefone (0172) 24-0507.

Clínicas-Escola - A Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic da PUC/SP, estará sediando o II Encontro Estadual de Clínicas-Escola, que acontece entre os dias 10 e 12 de novembro. Serão discutidos temas referentes à formação do psicólogo, ética no estágio e pesquisa em psicologia, entre outros. O evento será aberto a estudantes, professores e profissionais. Maiores informações pelos telefones (011) 873-3144 ou (011) 873-3381.

INEF - Instituto de Estudos e Orientação da Família, está com inscrições abertas para o Curso de Formação de Psicoterapeutas, de orientação psicanalítica, a se iniciar em março/95 - Informações: Rua Traipú, 66 - Perdizes - São Paulo - Fone: (011) 67-8688 - 826-4030

Santo André: classes especiais em discussão

O Movimento de Saúde Mental do Grande ABC está discutindo Resolução do Governo Estadual, que retira as aulas de educação física e artística do currículo dos alunos de classe especial. A alegação do Governo é que as crianças de classe especial não têm estrutura para acompanhar a carga horária total e, portanto, a Resolução visa reduzir a carga a que estão submetidas. A carga horária semanal, com as aulas de educação física e artística, é de 30 horas.

As crianças que frequentam as classes especiais são as portadoras de deficiência

mental, auditiva, visual e física. Sua inserção nas classes especiais deve ser feita a partir da elaboração de um laudo subscrito por profissional habilitado.

De acordo com informações da subcoordenadora da Subsede de Santo André (que participa do movimento), Rosemeire Foltran "o que se quer é rediscutir a Resolução, porque não há nenhum embasamento técnico para a alegação". Ainda segundo Foltran, o próximo passo do Movimento é verificar junto às escolas como está o cumprimento da Resolução e incluir pais, professores e diretores na discussão.

Taubaté discute comissão especial de saúde

A Subsede de Taubaté começa a colher os primeiros frutos de seu trabalho de aproximação com os Conselhos Municipais da região, através do contato e participação dos profissionais junto ao Conselho Municipal de Saúde de Ubatuba e ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Caraguatatuba. A Subsede, agora, está atuando na coordenação de um projeto para implantação de uma Comissão Especial de Saúde Mental no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, em São José dos Campos.

De acordo com informações do subcoordenador da Subsede, Sérgio

Ricardo Donda, "a criação da comissão especial de saúde mental em São José dos Campos é um reflexo do trabalho de articulação da região".

Ele explica ainda que a idéia de pensar modelos alternativos aos manicômios começa a ser assimilada e a categoria está atendendo ao chamamento do CRP, solicitando a contribuição da Subsede nas discussões que estão acontecendo nos diversos órgãos. "Os psicólogos têm nos procurado para subsidiar debates e desenvolver projetos conjuntos e sentimos que isso já é um resultado do processo constituinte da psicologia", acredita.

Saúde do trabalhador

A Subsede de Santos vai participar da Comissão de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos e deverá ser representada pelo coordenador Plínio Alvarenga. A participação foi decidida após convite do sindicato, que preocupado com a questão da saúde mental, procurou a Subsede para uma assessoria.

Segundo o coordenador da Subsede, "essa assessoria será dada em termos de encaminhamentos no trato da questão da saúde mental, principalmente no que se refere à Cosipa, que possui 10 mil empregados e cujo trabalho envolve muito desgaste psicológico". Para exemplificar a

gravidade da situação, Alvarenga cita a Casa de Saúde Piauí, onde a maior parte dos pacientes é de funcionários da Cosipa.

Para discutir a questão, foi convidada a Associação Franco Rotelli, que representa familiares e usuários do Programa de Saúde Mental da Prefeitura de Santos. "Nós deveremos estar discutindo, entre outras questões, problemas de alcoolismo, drogas e leucopenia - tipo de leucemia provocada pelo índice de benzol na corrente sanguínea e que geralmente provoca sintomas psicológicos", finaliza.

Bauru: nova comissão gestora

A comissão gestora da Subsede de Bauru mudou. A redefinição foi discutida em reunião no último dia 15 de agosto, com a participação de profissionais da região. Atualmente, quem responde pela coordenação da Subsede é Nilma Renildes da Silva. Conheça a nova comissão e os horários e dias de plantão.

- Nilma Renildes da Silva (coordenadora) - terça-feira das 14:00 às 18:00 horas
- Deborah A. Martinez Polido (subcoordenadora) - sexta-feira das 14:00 às 18:00 horas
- Márcia Regina de Oliveira (membro) - segunda-feira das 14:00 às 18:00 horas
- Ana Maria Basílio (membro) - quarta-feira das 14:00 às 18:00 horas
- Altair Sérgio Venarusso (membro) - sexta-feira das 14:00 às 18:00 horas.

Convite

A Subsede do Mato Grosso do Sul convida os psicólogos da região a participarem das reuniões mensais dos Fóruns de Saúde e de Assistência Social. As reuniões acontecem sempre na última terça-feira (saúde) e sexta-feira (assistência social) do mês e têm por objetivo discutir e encaminhar questões referentes a essas áreas, aos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde e Assistência Social.

Sarau artístico

Desde o início às comemorações do dia do psicólogo, a Subsede de Campinas realizou, no dia 26 de agosto um sarau artístico, onde foram apresentados trabalhos de psicólogos. O sarau contou com a participação de aproximadamente 60 profissionais e a programação constou de exposição de pinturas, fotografias, cerâmicas e apresentação do Coral PROMOM, com declamação de poesias e canto livre.

Segundo os organizadores, "o evento alcançou o sucesso esperado, com avaliação dos participantes de que este tipo de comemoração possibilitou um encontro no qual o psicólogo pôde revelar e socializar um pouco de seu fazer, muitas vezes oculto pelo exercício cotidiano da profissão".

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Conforme edital de convocação publicado no Diário Oficial da União e no Jornal da Tarde, no dia 19 de setembro deste ano, a categoria estará votando o orçamento para o ano de 1995 em assembleia ordinária, a ser realizada no dia 21 de outubro, às 20 horas (1ª convocação), na sede do CRP-06, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana. Na ocasião, será apresentada a prestação de contas deste ano. Conheça a proposta orçamentária para 1995 e compareça à assembleia.

DISCRIMINAÇÃO	ANUIDADE DE 110 UFIR'S	%
RECEITA BRUTA		
Contribuições (anuidades)	2.708.985	76,59%
Patrimoniais	224.667	6,35%
Serviços	205.329	5,81%
Receitas correntes (multa eleitoral)	16.800	0,48%
Dívida ativa	77.000	2,18%
Diversas (juros e multas)	154.000	4,35%
Subtotal	3.386.781	
Superávit	150.000	4,24%

TOTAL	3.536.781	100,00%
--------------	------------------	----------------

DESPESAS		
Pessoal	811.504	22,94%
Plenária/Comissões/Projetos políticos	269.200	7,61%
Cota Conselho Federal	790.520	22,35%
Manutenção sede/subsede/Comunicações	528.964	14,96%
Reforma nova sede	1.013.230	28,65%
Investimentos em ativo fixo	91.755	2,59%
Eleições	31.600	0,89%

TOTAL	3.536.781	100,00%
--------------	------------------	----------------

Complementação curricular

A Clínica Psicológica "Ana Maria Poppovic" da Faculdade de Psicologia da PUC/SP, oferece cursos de Complementação Curricular para Psicólogos e Psiquiatras (curso prático com atendimento supervisionado), nas seguintes modalidades:

- Psicoterapia de Adulto: ind. ou grupal - Psicoterapia de adolescente
- Psicoterapia infantil: ind. ou grupal - Psicoterapia Familiar
- Terapia Psicomotora - Distúrbios da comunicação
- Psicodiagnóstico - Psicoterapia da 3ª Fase da vida
- Integração Psico-Física - Orientação vocacional

CORPO DOCENTE DA PUC/SP - Informações e Inscrições

Rua Bartira, 221 - Perdizes - São Paulo - SP

Tel.: (011) 873-3144 / 873-3381 - de 2ª a 6ª das 9 às 21 hs.

Brasil participa da Conferência Internacional de AIDS no Japão

A 10ª Conferência Internacional de AIDS, ocorrida entre 7 e 12 de agosto passado, em Yokohama, no Japão, teve um saldo bastante positivo, segundo as psicólogas Regina Lacerda, do Centro de Referência em AIDS, e Regina de Carvalho Bueno, presidenta do IEPAS - Instituto de Estudos e Pesquisas em AIDS, as duas instituições sediadas em Santos (SP). O encontro teve a participação de cerca de dez mil pessoas, entre especialistas, técnicos, profissionais da saúde, portadores do HIV e órgãos não governamentais, sendo que a delegação brasileira foi a segunda maior do evento, depois do Japão, com um volume significativo de trabalhos apresentados.

Prevenção

“No início, esse encontro mundial esteve muito voltado para o paciente portador do vírus HIV. Hoje a preocupação recai sobre a população em geral e sobre os métodos e campanhas de prevenção como forma de frear a propagação da doença”, informa Regina Lacerda, que também participou da 1ª Conferência de Doenças Sexualmente Transmissíveis, evento que ocorreu paralelamente ao da Aids.

Mas a preocupação com a prevenção não é a única mudança perceptível entre os profissionais que trabalham com a doença. Segundo a psicóloga, durante o encontro pôde-se perceber um interesse muito grande em discutir os aspectos emocionais dos doentes e suas famílias, e as mudanças comportamentais e sociais que tem acarretado.

A 10ª edição do evento teve como enfoque a apresentação de programas de prevenção e a discussão da distribuição de recursos

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento de projetos de combate e prevenção à doença, foi a discussão que girou em torno da distribuição de recursos, não apenas dos governos, mas também de órgãos internacionais. Nesse caso, o debate girou especialmente em torno da situação dos países do terceiro mundo, onde a doença tem se alastrado muito rapidamente e os programas de combate e prevenção contam com muito pouco ou nenhum apoio governamental. Para exemplificar, Lacerda cita os casos da África e do Brasil. “A situação na África está um caos. No Brasil, apesar das dificuldades e da falta de dinheiro, vimos evoluindo e podemos verificar iniciativas muito interessantes”, comenta. Psicóloga refere-se, particularmente, à experiência da cidade de Santos que, desde 1989, possui um trabalho organizado de prevenção, que foi alvo de discussão nessa Conferência. Entre os trabalhos apresentados pela psicóloga sanitária estão a experiência desenvolvida

junto aos portuários de Santos e a intervenção educativa com trabalhadores do sexo da cidade (homossexuais, travestis, prostitutas e todos aqueles que têm na prática sexual um meio de sobrevivência).

Recursos

A maior barreira encontrada para esse trabalho, segundo Lacerda, tem sido a contenção de recursos suficientes para manter as campanhas e o tratamento dos doentes. Para se ter uma idéia, o Ministério da Saúde destina à cidade, que tem um dos quadros mais críticos do país, a ínfima quantia de US\$ 450 mil por ano. Essa quantia, diga-se de passagem, destina-se a todos os programas de saúde e não ao combate e prevenção à AIDS. Isso obriga os profissionais a buscarem recursos no exterior. “É uma verdadeira luta e dedicação dos profissionais que lidam com o problema”, diz Lacerda.

Já para Regina Bueno, a presidenta do IEPAS, a Conferência foi importante porque mostrou, mais uma vez, que os

profissionais, instituições e órgãos internacionais que lutam pela prevenção da doença e pelo bem-estar dos contaminados devem trabalhar aos pares. “Esse intercâmbio é muito importante, como forma de trocar experiências e meios de combate à propagação da Aids”, diz Bueno.

A psicóloga apresentou, na Conferência, o trabalho, desenvolvido pelo IEPAS, de combate ao preconceito contra os usuários de drogas ilícitas, além do projeto que tem como objetivo a redução dos riscos de contaminação.

O IEPAS apresentou ainda na Conferência, vários projetos que pretende desenvolver: um é o “Projeto Brasil”, que consiste na realização de um senso com 1.400 usuários de drogas, contaminados com a AIDS. Este projeto será realizado nas cidades de maior ocorrência de casos e estará municiando a entidade com dados mais próximos da realidade, em Santos. Além disso, o Instituto pretende também realizar um outro senso para levantar o perfil do usuário de drogas na cidade.

A Conferência Internacional da AIDS, que vinha sendo realizada anualmente desde 1984, a partir de agora terá calendário bienal, com a 11ª Conferência já marcada para 1996, no Canadá. “Na verdade, o calendário bienal não compromete em nada o desenvolvimento dos debates, porque chegamos a um estágio em que não há novas terapêuticas de cura ou alterações no quadro mundial, a não ser a triste informação do recrudescimento da situação em países pobres na África e na Ásia. Além disso, há outros eventos menores em vários países”, explica Regina Lacerda.

Congresso Internacional de Psicoterapias de Grupo

O XII Congresso Internacional de Psicoterapias de Grupo, que acontece de 27 de agosto a 1º de setembro de 1995, em Buenos Aires, promete transformar-se num marco para os profissionais da América Latina. Pela primeira vez, o evento será realizado num país de terceiro mundo e a comissão organizadora pretende abrir o espaço para a participação da comunidade científica latino-americana, como nunca aconteceu antes. Quem informa é o psicodramatista Moysés Aguiar: a tradição é que os congressos aconteçam em países de primeiro mundo e a participação prioritária nas atividades-chave dos eventos sempre fica nas mãos do pessoal do primeiro mundo. Mas desta vez os organizadores argentinos tiveram uma grande idéia, abrindo o evento para a participação e presença dos latino-americanos.

Para garantir essa participação formou-se a Rede Latino-americana de Psicoterapeutas de Grupo, com convites às Federações e organizações de profissionais. “No Brasil foi convidada a FEBRAP - Federação Brasileira de Psicodrama, e eu fui chamado para atuar como um canal de comunicação entre o Congresso e os profissionais que não participam da Federação”, explica Aguiar. “Inicialmente pensou-se em formar essa Rede a partir de entidades, mas percebemos que as entidades travam, não deixam fluir e acabamos optando por formar uma rede de pessoas que estejam interessadas em discutir o trabalho em grupos de quaisquer natureza”.

A diferença prática mais marcante desse Congresso, segundo o psicodramatista, é que ao contrário de eventos anteriores, em que os

conferencistas geralmente eram escolhidos a critério da comissão organizadora, dessa vez o espaço de conferências estará aberto a quem quiser participar. Basta que o interessado envie sua conferência sobre o tema geral do Congresso, “Os grupos no umbral do novo século”. O texto deverá ser assinado por pseudônimo, para garantir a imparcialidade da seleção.

Mas, segundo Aguiar, desde que a Rede Latino-americana começou a se reunir, houve desdobramentos e avanços nas discussões. “Chegamos à conclusão que deveremos permitir conferências proferidas por grupos, que deverão enviar um representante. “A Rede considera ainda, que as discussões poderão ser enriquecidas se olharmos para as culturas marginais, que desenvolvem focos grupais, como os grupos religiosos ou étnicos”, explica. Citando como exemplo o grupo dos Guaranis, no

Paraguai, que conservam hábitos de convivência consagrados secularmente, Aguiar observa que o interesse é saber como conseguiram se preservar, a ponto de, naquele país, as duas culturas (do colonizador e dos índios) conviverem até hoje.

Sobre a questão, o psicodramatista explica que, numa visão tradicional, a psicoterapia de grupo é considerada dentro de um padrão curativo e a proposta é discutir numa dimensão maior, que coloca a terapia como atividade transformadora das relações como um todo, para então transformar o indivíduo.

Mas como toda proposta nova, essa também deverá vencer alguns obstáculos. Na avaliação de Aguiar, “a proposta deverá encontrar resistências na tradição “médica” da elite internacional, “que enxerga a terapia de grupo como um procedimento médico-curativo”, afirma.

Superfaturamento atrasa entrega da nova sede



Foto: arquivo CRP

Nova sede: 1000 metros quadrados, próxima ao metrô.

O CRP-06 anulou a licitação para realização das obras de reforma da nova sede do Conselho, após descoberta de cartel organizado para superfaturamento de preços por parte dos concorrentes. A informação é da vice-presidente do CRP e presidente da Comissão Especial de Licitação, Maria Silvia de Mesquita Bolognese. A conselheira informou também, que o Conselho possui documento que reforça os indícios de existência do cartel e deverá entrar com representação junto ao Ministério Público, solicitando a apuração dos fatos.

As suspeitas em relação ao superfaturamento começaram, quando, na manhã do dia 15 de setembro, data prevista para abertura das propostas, o CRP recebeu denúncia anônima, através de um telefonema. De acordo com o informante, que manteve contato com o conselheiro-presidente, Odair Sass, os preços superfaturados haviam sido discutidos em reunião com os participantes. O informante se comprometeu, ainda, a fornecer documentação que comprovasse suas denúncias. Porém, antes disso, no momento de abertura das propostas, as informações prestadas por telefone começaram a se confirmar. Os preços apresentados coincidiam com as denúncias, assim como a desistência de duas concorrentes, informação também antecipada pelo informante.

Diante dos fatos, a licitação foi anulada e o CRP passou às providências necessárias para apuração dos fatos. Inicialmente foi mantido contato pessoal com o informante, que entregou o documento que reforça a existência do cartel, conforme havia prometido.

Até o fechamento desta edição, o

Conselho mantinha contatos com assessores para traçar seus próximos passos. "Nós vamos até o fim. O documento vai ser apurado e vamos tomar as providências cabíveis. Sabemos que não vamos mudar o mundo e nem o esquema das empreiteiras, mas vamos furar o esquema e dar ampla divulgação ao fato", afirma Maria Silvia. A conselheira informou ainda que, mesmo do ponto de vista objetivo e independente das questões éticas que o cartel representa, os preços estavam muito acima do orçamento previsto para a obra, o que já se configuraria num problema. "Isso aqui é uma autarquia federal e nós trabalhamos em cima de orçamentos, pois, afinal, trata-se de dinheiro público", diz.

Questão de princípios

Com o cancelamento da licitação, fica adiada a entrega da nova sede para a categoria, prevista inicialmente para junho de 1995. A vice-presidente, no entanto, reafirma o compromisso da gestão **Psicologia e Cidadania** em entregar a casa, "desde que mantido o rigor absoluto que temos em qualquer questão que envolva recursos financeiros dos psicólogos".

A nova sede do Conselho, adquirida pela gestão **Psicologia e Cidadania**, faz parte de projeto que pretende resgatar o espaço político da entidade. Dessa forma, deverá estar disponível para os profissionais em eventos de naturezas diversas, como debates, estudos, lançamento de livros, discussões de projetos e produção de saber, ou seja, estará ocupando lugar diferenciado do prédio que abriga apenas questões burocráticas e administrativas. A necessidade da nova sede foi deliberada em assembleia geral em 1992, que determinava

Depois de um longo período de trabalho, onde foram cumpridas todas as etapas previstas em lei, para aquisição e reforma do imóvel que será a nova sede do conselho, empreiteiras tentam superfaturar a obra, obrigando o CRP a cancelar a licitação e atrasar a entrega da casa para os psicólogos

a utilização do superávit daquele ano para aquisição de um novo prédio.

O imóvel, situado à Rua Arruda Alvim número 89, foi adquirido em março de 1993, "em condições muito favoráveis, no que diz respeito ao preço e mercado", segundo informações de Maria Silvia. Além disso, reúne características muito apropriadas para suas finalidades: a excelente localização, a 350 metros do metrô e amplas dependências, com cerca de 1000 metros quadrados. Necessitava, no entanto, de reforma estrutural e a gestão, como faz em todo empreendimento que envolve gastos, deu início a um processo lento para a implementação dessa reforma. De acordo com a vice-presidente do Conselho, este processo seguiu todos os parâmetros explicitados na Lei de Licitações - 8666/93, tendo ainda, cumprido as etapas necessárias para que seu resultado correspondesse às necessidades da categoria. Foram realizadas, portanto, licitações para cada

etapa, desde o projeto arquitetônico, para adequação do imóvel às inúmeras atividades que deverá comportar, até a realização das obras de reforma. "Nós sabíamos que seguir estritamente as determinações legais implicaria em uma maior morosidade no processo de reforma e mudança para a nova sede, mas esse é um princípio básico da gestão, manter total transparência e lisura em todos os procedimentos", esclarece a conselheira.

Dessa forma, de acordo com o cronograma previsto, os próximos passos do processo deveriam ser a assinatura do contrato com a empresa de execução em início de outubro, com seis meses para a realização da obra e provável mudança em maio de 1995. A inauguração seria em junho. O CRP deverá iniciar novo processo licitatório no menor prazo possível, divulgando em seguida a nova data prevista para a inauguração.

Como funciona o cartel das empreiteiras

As empresas envolvidas no cartel pretendiam superfaturar a obra da nova sede do CRP em estimadamente 200 mil reais. Este valor geralmente é estipulado pelas empreiteiras a partir do orçamento da contratante, pelo orçamento inicial da obra. Explicando melhor, a Lei de Licitações prevê que no edital seja especificado o valor do capital que a empresa contratante detém para a referida obra. Esse capital, geralmente, refere-se a 10% do valor total da obra. No caso do edital do CRP, onde foi publicado o valor de 45 mil reais, as empresas puderam calcular que a obra estava orçada em 450 mil reais.

Por outro lado existe um índice, previsto em lei, chamado BDI que representa o percentual que as empresas deverão colocar como acréscimo pelos seus serviços. Esse índice gira em torno de 25% - mas pode variar de 12% a 35%, o que significa que a obra deveria custar em torno de 562 mil reais. O que aconteceu é que como o CRP não deu uma proposta orçamentária, tendo

publicado somente o valor do capital, as empresas tentaram jogar com isso, acrescentando ao valor uma cifra em torno de 45 a 50%. De acordo com a denúncia telefônica, as empresas combinaram quem daria o preço mínimo. As demais concorrentes deveriam apresentar proposta mais alta, perdendo a licitação e provocando a impugnação de algumas concorrentes na reunião de abertura das propostas. Segundo declarações do conselheiro-presidente do CRP, Odair Sass, "o episódio lamentável de que o Conselho foi vítima é apenas um pequeno exemplo de como os mecanismos antidemocráticos estabelecidos pelos cartéis funcionam no país. Todo mundo defende a concorrência e o livre mercado, mas os hipócritas utilizam os mecanismos mais sórdidos para acumular riqueza pessoal, sem gerar divisas para a sociedade. De fato, o que somos levados a constatar é que a chamada concorrência é uma falácia, porque alguns que participam a coibem, impedindo que se estabeleça o livre mercado".